SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS 2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS 4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES 6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO 7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 10

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS 11
1. CONTEXTO OPERACIONAL 11
2. BASE DE PREPARAÇÃO 11
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO 13
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 14
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 14
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA 15
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS 16
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 17
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS 19
10. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE) 19
11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO 20
12. INVESTIMENTOS 23
13. IMOBILIZADO 30
14. INTANGÍVEL 33
15. FORNECEDORES 34
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 35
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 36
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS 39
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 40
20. PROVISÕES 40
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS 49
22. RECEITA 50
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 54
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS 59
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 60
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS 62
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO 70
28. SEGMENTOS OPERACIONAIS 72
29. EVENTOS SUBSEQUENTES 75

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO 76
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES 92
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS 103

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.988.777	2.201.827	500.860	286.183
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.238.040	933.571	354.873	163.591
Consumidores e Revendedores	6	2.407.871	1.911.731	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	6	238.629	240.520	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	11	4.582	2.254	-	-
Tributos Compensáveis	7	194.374	481.544	4.824	4.817
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8a	96.796	248.615	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre		42.617	42.617	-	-
Dividendos a Receber		130.427	17.086	569.181	1.202.165
Estoques		37.335	37.726	10	12
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	10	558.187	174.613	-	-
Outros Créditos		417.081	376.679	15.575	10.689
TOTAL DO CIRCULANTE		**7.354.716**	**6.668.783**	**1.445.323**	**1.667.457**
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	5	41.367	89.723	9.152	16.534
Concessionários – Transporte de Energia	6	7.224	8.288	-	-
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	1.367.994	1.220.896	331.332	322.372
Tributos Compensáveis	7	381.002	382.075	6.553	6.553
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8a	145.629	177.499	145.629	177.499
Depósitos Vinculados a Litígios	9	1.227.127	1.180.274	153.507	147.839
Consumidores e Revendedores	6	170.832	180.307	-	-
Outros Créditos		117.369	83.369	13.917	25.741
Ativo Financeiro da Concessão	11	6.307.643	5.840.683	-	-
Investimentos	12	8.179.227	6.160.800	12.395.610	11.764.443
Imobilizado	13	5.697.763	5.817.455	1.204	1.313
Intangível	14	1.737.355	2.003.990	619	753
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**25.380.532**	**23.145.359**	**13.057.523**	**12.463.047**
TOTAL DO ATIVO		**32.735.248**	**29.814.142**	**14.502.846**	**14.130.504**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	1.443.812	1.066.358	6.784	15.325
Encargos Regulatórios	18	167.640	153.437	-	-
Participações nos Lucros		136.561	124.930	11.351	10.820
Impostos, Taxas e Contribuições	16a	469.718	498.553	20.847	66.879
Imposto de Renda e Contribuição Social	16b	24.576	34.899	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar		1.331.673	1.107.664	1.331.673	1.107.664
Empréstimos e Financiamentos	17	3.792.772	1.056.225	-	-
Debêntures	17	664.175	1.181.541	-	-
Salários e Contribuições Sociais		173.253	185.693	7.523	9.957
Obrigações Pós-emprego	19	146.466	138.076	8.048	7.759
Concessões a Pagar		21.194	20.400	-	-
Outras Obrigações		353.525	353.865	15.461	30.834
TOTAL DO CIRCULANTE		**8.725.365**	**5.921.641**	**1.401.687**	**1.249.238**
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	18	193.091	193.025	-	-
Empréstimos e Financiamentos	17	2.085.273	2.379.259	-	-
Debêntures	17	5.011.609	4.840.339	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	16a	672.315	705.497	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	236.311	255.813	-	-
Provisões	20	287.018	306.385	56.869	67.714
Concessões a Pagar		154.702	151.995	-	-
Obrigações Pós-emprego	19	2.372.379	2.310.652	120.730	117.558
Outras Obrigações		128.942	111.179	55.317	57.637
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**11.141.640**	**11.254.144**	**232.916**	**242.909**
TOTAL DO PASSIVO		**19.867.005**	**17.175.785**	**1.634.603**	**1.492.147**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21				
Capital Social		6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.733	1.924.503	1.924.733
Reservas de Lucros		2.081.355	3.839.882	2.081.355	3.839.882
Ajustes de Avaliação Patrimonial		547.304	579.534	547.304	579.534
Lucros Acumulados		2.020.873	-	2.020.873	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**12.868.243**	**12.638.357**	**12.868.243**	**12.638.357**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**32.735.248**	**29.814.142**	**14.502.846**	**14.130.504**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais, exceto resultado líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
RECEITA LÍQUIDA	22	**9.498.530**	**7.116.584**	**160**	**161**
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	23				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(3.497.982)	(2.274.710)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(334.226)	(254.092)	-	-
		(3.832.208)	(2.528.802)	-	-
OUTROS CUSTOS	23				
Pessoal e Administradores		(482.505)	(429.795)	-	-
Materiais		(151.429)	(69.441)	-	-
Serviços de Terceiros		(340.867)	(304.564)	-	-
Depreciação e Amortização		(373.838)	(356.674)	-	-
Provisões Operacionais		(3.526)	(47.857)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(69.624)	(62.853)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(361.241)	(465.405)	-	-
Outras		(91.926)	(79.860)	-	-
		(1.874.956)	(1.816.449)	-	-
CUSTO TOTAL		**(5.707.164)**	**(4.345.251)**	**-**	**-**
LUCRO BRUTO		**3.791.366**	**2.771.333**	**160**	**161**
DESPESAS OPERACIONAIS	23				
Despesas com Vendas		(48.513)	(34.484)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(266.124)	(512.867)	(28.470)	(31.112)
Outras Despesas Operacionais		(311.764)	(221.893)	(19.852)	(59.492)
		(626.401)	(769.244)	(48.322)	(90.604)
Resultado de Equivalência Patrimonial		135.947	250.582	2.001.409	1.335.912
Ganho na Alienação de Investimento		-	284.298	-	378.378
Lucros Não Realizados na Alienação de Investimento		-	(80.959)	-	(80.959)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		**3.300.912**	**2.456.010**	**1.953.247**	**1.542.888**
Receitas Financeiras	24	292.346	282.839	32.009	76.445
Despesas Financeiras	24	(667.466)	(597.961)	(3.253)	(24.414)
Resultado antes dos Impostos		**2.925.792**	**2.140.888**	**1.982.003**	**1.594.919**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8c	(1.080.084)	(584.980)	-	(86.319)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	145.255	(73.323)	8.960	(26.015)
RESULTADO DO PERÍODO		**1.990.963**	**1.482.585**	**1.990.963**	**1.482.585**
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	21	**1,58**	**1,18**	**1,58**	**1,18**
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	21	**1,58**	**1,18**	**1,58**	**1,18**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013
RECEITA	22	**4.737.758**	**3.438.990**	**80**	**81**
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	23				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.869.266)	(1.301.923)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(164.684)	(127.867)	-	-
		(2.033.950)	(1.429.790)	-	-
CUSTO	23				
Pessoal e Administradores		(250.620)	(217.015)	-	-
Materiais		(104.215)	(18.062)	-	-
Serviços de Terceiros		(183.743)	(159.019)	-	-
Depreciação e Amortização		(203.293)	(169.440)	-	-
Provisões Operacionais		(15.066)	(41.598)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(28.489)	(28.812)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(212.171)	(261.058)	-	-
Outras		(55.348)	(60.254)	-	-
		(1.052.945)	(955.258)	-	-
CUSTO TOTAL		**(3.086.895)**	**(2.385.048)**	**-**	**-**
LUCRO BRUTO		**1.650.863**	**1.053.942**	**80**	**81**
DESPESA OPERACIONAL	23				
Despesas com Vendas		(21.205)	(13.862)	-	-
(Despesas) Reversões Gerais e Administrativas		(111.888)	(166.781)	(13.663)	11.331
Outras Despesas Operacionais		(164.581)	(92.796)	(15.468)	(52.157)
		(297.674)	(273.439)	(29.131)	(40.826)
Resultado de Equivalência Patrimonial		21.227	84.424	747.347	458.976
Ganho na Alienação de Investimento		-	284.298	-	378.378
Lucros Não Realizados na Alienação de Investimento		-	(80.959)	-	(80.959)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		**1.374.416**	**1.068.266**	**718.296**	**715.650**
Receitas Financeiras	24	39.423	144.450	18.839	23.307
Despesas Financeiras	24	(317.004)	(296.036)	(1.438)	(1.272)
Resultado antes dos Impostos		**1.096.835**	**916.680**	**735.697**	**737.685**
Imposto de Renda e Contribuição Social	8c	(452.821)	(246.590)	-	(84.423)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	96.860	(52.852)	5.177	(36.024)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**740.874**	**617.238**	**740.874**	**617.238**
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	21	**0,59**	**0,49**	**0,59**	**0,49**
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	21	**0,59**	**0,49**	**0,59**	**0,49**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 3O DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
RESULTADO DO PERÍODO	**1.990.963**	**1.482.585**	**1.990.963**	**1.482.585**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	325	(166)	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	(2.645)	4.232	(2.320)	4.066
	(2.320)	4.066	(2.320)	4.066
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**1.988.643**	**1.486.651**	**1.988.643**	**1.486.651**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013
RESULTADO DO PERÍODO	**740.874**	**617.238**	**740.874**	**617.238**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangente em controlada e controlada em conjunto	(1.136)	4.942	(1.136)	4.942
	(1.136)	4.942	(1.136)	4.942
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**739.738**	**622.180**	**739.738**	**622.180**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	**4.265.091**	**3.953.850**	**2.856.176**	**474.879**	**-**	**11.549.996**
Resultado do período	-	-	-	-	1.482.585	1.482.585
Outros resultados abrangentes						
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(166)	-	(166)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	4.232	-	4.232
Total do resultado abrangente do período	**-**	**-**	**-**	**4.066**	**1.482.585**	**1.486.651**
Outras mutações no Patrimônio Líquido						
Aumento do Capital Social	548.271	(548.271)	-	-	-	-
Dividendo Adicional proposto em 2012 (R$0,74 por ação)	-	-	(628.131)	-	-	(628.131)
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(61.131)	61.131	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	**4.813.362**	**3.405.579**	**2.228.045**	**417.814**	**1.543.716**	**12.408.516**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**6.294.208**	**1.924.733**	**3.839.882**	**579.534**	**-**	**12.638.357**
Resultado do período	-	-	-	-	1.990.963	1.990.963
Outros resultados abrangentes						
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	325	-	325
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto				(2.645)		(2.645)
Total do resultado abrangente do período	**-**	**-**	**-**	**(2.320)**	**1.990.963**	**1.988.643**
Outras mutações no Patrimônio Líquido:						
Reembolso de ações por dissidência de acionistas	-	(230)	-	-	-	(230)
Dividendos adicionais propostos em 2013 (R$0,04 por ação)	-	-	(54.527)	-	-	(54.527)
Dividendos extraordinários (R$ 1,35 por ação)	-	-	(1.704.000)	-	-	(1.704.000)
Realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(29.910)	29.910	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	**6.294.208**	**1.924.503**	**2.081.355**	**547.304**	**2.020.873**	**12.868.243**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	1.990.963	1.482.585	1.990.963	1.482.585
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	934.829	658.303	(8.960)	112.334
Depreciação e Amortização	384.524	387.125	254	201
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	5.299	3.186	-	20
Ganho na alienação de Investimentos	-	(284.298)	-	(378.378)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(135.947)	(250.582)	(2.001.409)	(1.335.912)
Lucros Não Realizados	-	80.959	-	80.959
Juros e Variações Monetárias	582.267	450.290	-	(22.087)
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	(16.492)	75.001	(5.216)	8.293
Obrigações Pós-emprego	163.949	137.757	8.387	8.173
	3.909.392	2.740.326	(15.981)	(43.812)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(535.190)	61.901	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(383.574)	(102.904)	-	-
Tributos Compensáveis	288.243	52.408	(7)	57.254
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	181.846	58.962	31.870	(23.249)
Transporte de Energia	2.955	106.941	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(46.853)	110.604	(5.668)	127.365
Dividendos recebidos de Investimentos	274.845	276.222	2.010.096	235.786
Ativo Financeiro da Concessão	2.106	295.906	-	-
Outros	(87.897)	114.364	5.510	21.173
	(303.519)	974.404	2.041.801	418.329
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	377.454	(275.705)	(8.541)	2.235
Impostos, Taxas e Contribuições	(62.017)	(79.426)	(46.032)	(39.186)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar e Diferido	(156.565)	(107.350)	-	21.783
Salários e Contribuições Sociais	(12.440)	(14.320)	(2.434)	(2.843)
Encargos Regulatórios	14.269	(73.759)	-	-
Obrigações Pós-emprego	(93.832)	(86.707)	(4.926)	(4.704)
Outros	14.890	37.012	(22.791)	(7.349)
	81.759	(600.255)	(84.724)	(30.064)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	3.687.632	3.114.475	1.941.096	344.453
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(550.807)	(657.880)	-	(17.784)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(953.344)	(516.904)	-	(108.102)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2.183.481**	**1.939.691**	**1.941.096**	**218.567**

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(256.113)	(2.073.731)	(183.900)	(1.169.341)
Recebimento de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	2.465.646	-	2.465.646
Fundos Vinculados	1.200	-	(268)	-
Em Ativos Financeiros	(37.092)	(46.233)	-	-
Em Investimentos	(2.260.300)	1.351.574	(7.492)	1.619.986
Alienação de Investimentos	-	1.691.415	-	1.619.986
Aquisição de Investimentos	(2.160.341)	(94.184)	-	-
Aporte de Capital	(99.959)	(236.734)	-	-
Outros	-	(8.923)	-	-
Em Imobilizado	(49.239)	(4.115)	(11)	-
Em Intangível	(326.571)	(444.119)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(2.928.115)**	**1.249.022**	**(191.671)**	**2.916.291**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Reembolso de ações por dissidência de acionistas	(230)	-	(230)	-
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.128.769	2.442.510	-	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(1.062.437)	(3.232.080)	-	(1.106.397)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(1.534.518)	(2.688.210)	(1.534.518)	(2.688.210)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**531.584**	**(3.477.780)**	**(1.534.748)**	**(3.794.607)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(213.050)**	**(289.067)**	**214.677**	**(659.749)**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	2.201.827	1.919.125	286.183	1.057.122
No fim do período	1.988.777	1.630.058	500.860	397.373
	(213.050)	**(289.067)**	**214.677**	**(659.749)**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/06/2014		30/06/2013		30/06/2014		30/06/2013	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	11.720.621		9.064.480		160		161	
Receita de Construção de Distribuição	324.149		421.826		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	37.092		43.579		-		-	
Receita na Alienação de Investimentos	-		1.691.415		-		1.619.986	
Receita de Indenização da Transmissão	63.315		-		-		-	
Outras Receitas	13.800		2.300		-		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(48.525)		(34.501)		-		-	
	12.110.452		**11.189.099**		**160**		**1.620.147**	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.820.607)		(2.416.955)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(369.632)		(284.495)		-		-	
Serviços de Terceiros	(580.584)		(660.684)		(8.372)		(4.281)	
Materiais	(317.137)		(273.768)		(58)		(67)	
Custo na Alienação de Investimentos	-		(1.407.117)		-		(1.241.608)	
Outros Custos Operacionais	(116.016)		(286.483)		(6.239)		(47.545)	
	(5.203.976)		**(5.329.502)**		**(14.669)**		**(1.293.501)**	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**6.906.476**		**5.859.597**		**(14.509)**		**326.646**	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(384.524)		(387.125)		(254)		(201)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	**6.521.952**		**5.472.472**		**(14.763)**		**326.445**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	135.947		250.582		2.001.409		1.335.912	
Lucros Não Realizados	-		(80.959)		-		(80.959)	
Receitas Financeiras	292.346		372.676		32.009		76.445	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**6.950.245**		**6.014.771**		**2.018.655**		**1.657.843**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	**773.977**	**11,13**	**797.104**	**13,25**	**27.368**	**1,35**	**32.052**	**1,93**
Remuneração direta	517.049	7,44	454.056	7,55	14.769	0,73	15.661	0,94
Benefícios	222.716	3,20	190.980	3,18	10.579	0,52	10.777	0,65
FGTS	34.060	0,49	31.211	0,51	2.016	0,10	1.707	0,10
Programa de Desligamento	152	-	120.857	2,01	4	-	3.907	0,24
Impostos, Taxas e Contribuições	**3.462.815**	**49,82**	**2.996.051**	**49,81**	**(3.085)**	**(0,15)**	**118.279**	**7,13**
Federais	1.941.613	27,94	1.592.318	26,47	(3.271)	(0,16)	118.133	7,12
Estaduais	1.515.264	21,80	1.399.415	23,27	129	0,01	84	0,01
Municipais	5.938	0,08	4.318	0,07	57	-	62	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	**722.490**	**10,40**	**739.031**	**12,29**	**3.409**	**0,17**	**24.927**	**1,51**
Juros	667.466	9,60	687.798	11,44	3.253	0,16	24.414	1,47
Aluguéis	55.024	0,79	51.233	0,85	156	0,01	513	0,04
Remuneração de Capitais Próprios	**1.990.963**	**28,65**	**1.482.585**	**24,65**	**1.990.963**	**98,63**	**1.482.585**	**89,43**
Lucros Acumulados	1.990.963	28,65	1.482.585	24,65	1.990.963	98,63	1.482.585	89,43
	6.950.245	**100,00**	**6.014.771**	**100,00**	**2.018.655**	**100,00**	**1.657.843**	**100,00**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig", "Controladora" ou "Companhia"), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa ("Bovespa") e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América ("NYSE") e da Espanha ("LATIBEX"). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Atua, única e exclusivamente, como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2014, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2014.

Em 11 de agosto de 2014, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

2.2. Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Consolidasas completas de 31 de dezembro de 2013 e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 30 de junho de 2014.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado no semestre findo em 30 de junho de 2014 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do Ofício Circular SNC/SEP 003/2011 emitido pela CVM.

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2013	30/06/2014	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios da Consolidação
5	28	Segmentos Operacionais
6	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	5	Títulos e Valores Mobiliários
8	6	Consumidores e Revendedores
9	7	Tributos Compensáveis
10	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	9	Depósitos Vinculados a Litígio
13	10	Repasses De Recursos Da Conta De Desenvolvimento Econômico (CDE)
14	11	Ativo Financeiro da Concessão
15	12	Investimentos
16	13	Imobilizado
17	14	Intangível
18	15	Fornecedores
19	16	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
20	17	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
21	18	Encargos Regulatórios
22	19	Obrigações Pós-Emprego
23	20	Provisões
24	21	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
25	22	Receita
26	23	Custos e Despesas Operacionais
27	24	Receitas e Despesas Financeiras
28	25	Transações com Partes Relacionadas
29	26	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
30	27	Mensuração Pelo Valor Justo
33	29	Evento Subsequente

As Notas Explicativas do relatório anual de 2013 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não seria aplicável às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
4	Das Concessões e os efeitos da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013)
12	Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais e Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios
31	Seguros
32	Obrigações Contratuais

2.3. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2014

IFRIC 21 - Taxações – Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxação são claros.

IAS 36 – Impairment de ativos – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.

IAS 39 – adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar "hedge accounting" se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. A Administração não identificou impactos decorrentes desta nova norma.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas utilizadas para cálculo da consolidação e de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	30/06/2014	31/12/2013
		Participação Direta (%)	Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Telecom	Consolidação	100,00	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00	100,00
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Capim Branco Energia	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00	100,00
Central Termelétrica de Cogeração	Consolidação	100,00	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00	100,00

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Contas Bancárias	74.121	74.713	5.387	7.724
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	1.765.185	1.892.939	465.437	236.521
Overnight	138.104	228.131	30.036	41.938
Outros	11.367	6.044	-	-
	1.914.656	2.127.114	495.473	278.459
	1.988.777	**2.201.827**	**500.860**	**286.183**

As aplicações financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP (que variam entre 70% a 110% conforme operação).

Como forma de gestão eficiente do fluxo de caixa das empresas investidoras dos Fundos da Companhia é utilizada a prerrogativa de parte do patrimônio desses Fundos ficar alocada em operações de "Overnight" que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	477.026	196.506	188.536	27.854
Letras Financeiras - Bancos	461.346	503.832	100.354	92.839
Letras Financeiras do Tesouro	117.798	37.758	25.620	6.958
Debêntures	157.212	170.248	34.192	31.371
Outros	24.658	25.227	6.171	4.569
	1.238.040	**933.571**	**354.873**	**163.591**
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	220	40	220	8
Letras Financeiras - Bancos	40.804	89.068	8.858	16.412
Outros	343	615	74	114
	41.367	**89.723**	**9.152**	**16.534**
	1.279.407	**1.023.294**	**364.025**	**180.125**

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, está apresentada na Nota Explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/06/2014	31/12/2013
Fornecimento Faturado	805.256	416.512	666.623	1.888.391	1.726.317
Fornecimento não Faturado	637.803	-	-	637.803	511.537
Suprimento a Outras Concessionárias	379.258	267.100	3.216	649.574	438.744
Concessionários – Transporte de Energia	66.349	15.645	163.859	245.853	248.808
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(597.065)	(597.065)	(584.560)
	1.888.666	**699.257**	**236.633**	**2.824.556**	**2.340.846**
Ativo Circulante				**2.646.500**	**2.152.251**
Ativo não Circulante				**178.056**	**188.595**

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 26 desta Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Decreto nº 8.221/2014

O Decreto nº 8.221/2014 determina que caberá à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) contratar as operações de crédito destinadas à cobertura dos custos extraordinários das distribuidoras provenientes de energia termoelétrica e do mercado de curto prazo, para o período de fevereiro até dezembro de 2014, e que caberá à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a homologação, mensal, dos valores a serem pagos pela Conta-ACR à cada concessionária de distribuição.

Adicionalmente, determina que deverá ser mantido na Conta-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 10 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Os valores a receber referente Suprimento a Outras Concessionárias em junho de 2014 de R$649.574 em comparação a R$438.744 em 31 de dezembro de 2013, decorrem principalmente de uma maior disponibilidade de energia liquidada na CCEE no período, associada à alta verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/06/2014	31/12/2013
Residencial	159.295	147.327
Industrial	295.577	298.660
Comércio, Serviços e Outras	88.031	83.679
Rural	18.187	18.422
Poder Público	10.062	10.298
Iluminação Pública	10.778	11.060
Serviço Público	10.215	10.357
Outros	4.920	4.757
	597.065	**584.560**

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é como segue:

	31/12/2013	Constituições	Baixas	30/06/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	584.560	48.525	(36.020)	597.065

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Circulante				
ICMS a Recuperar	132.135	115.398	3.429	3.429
PIS-PASEP	9.890	47.144	2	-
COFINS	45.658	313.509	8	-
Outros	6.691	5.493	1.385	1.388
	194.374	481.544	4.824	4.817
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	263.497	248.711	4.754	4.754
PIS-PASEP	20.577	23.414	1	1
COFINS	95.134	108.155	3	3
Outros	1.794	1.795	1.795	1.795
	381.002	382.075	6.553	6.553
	575.376	**863.619**	**11.377**	**11.370**

Os créditos de PIS/PASEP e COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2014.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurados para o ano de 2014, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Circulante				
Imposto de Renda	71.931	181.033	-	-
Contribuição Social	24.865	67.582	-	-
	96.796	248.615	-	-
Não Circulante				
Imposto de Renda	135.325	167.260	135.325	167.260
Contribuição Social	10.304	10.239	10.304	10.239
	145.629	177.499	145.629	177.499
	242.425	**426.114**	**145.629**	**177.499**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Créditos Tributários				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	289.653	259.396	271.683	259.396
Provisões	97.588	104.055	19.336	23.023
Obrigações Pós-Emprego	580.584	558.475	30.188	29.097
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	204.890	200.617	7.269	7.988
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	179.217	179.217	-	-
Concessão Onerosa	67.959	67.053	-	-
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (2)	213.263	105.561	-	-
Outros	48.434	42.966	2.856	2.868
Total	**1.681.588**	**1.517.340**	**331.332**	**322.372**
Obrigações Diferidas				
Custo de Captação	(2.680)	(3.551)	-	-
Custo atribuído	(323.705)	(335.232)	-	-
Ajuste a valor presente	(84.442)	(84.319)	-	-
Encargos Capitalizados	(51.901)	(40.907)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(1.435)	(2.053)	-	-
Ganho indenização de ativos de transmisão	(84.537)	(84.537)	-	-
Atualização do Ativo Financeiro	(1.205)	(1.658)	-	-
Total	**(549.905)**	**(552.257)**	**-**	**-**
Total Líquido	**1.131.683**	**965.083**	**331.332**	**322.372**
Total do Ativo	**1.367.994**	**1.220.896**	**331.332**	**322.372**
Total do Passivo	**(236.311)**	**(255.813)**	**-**	**-**

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;
(2) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.925.792	2.140.888	1.982.003	1.594.919
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(994.769)	(727.902)	(673.881)	(542.272)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	46.222	45.368	680.479	426.684
Contribuições e Doações Indedutíveis	(2.584)	(2.054)	-	(7)
Incentivo Fiscal	10.153	9.131	-	287
Créditos Fiscais não Reconhecidos	175	4.151	8	200
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	11.805	17.188	-	-
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	200	(1.366)	-	(487)
Multas Indedutíveis	(2.918)	(6.999)	-	(1)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(6.061)	-	-	-
Outros	2.948	4.180	2.354	3.262
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	**(934.829)**	**(658.303)**	**8.960**	**(112.334)**
Alíquota Efetiva	**31,95%**	**30,75%**	**(0,45)%**	**7,04%**
Imposto Corrente	**(1.080.084)**	**(584.980)**	**-**	**(86.319)**
Imposto Diferido	**145.255**	**(73.323)**	**8.960**	**(26.015)**

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.096.835	916.680	735.697	737.685
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(372.924)	(311.671)	(250.137)	(250.812)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	7.217	(11.126)	254.098	128.526
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.886)	(1.629)	-	(4)
Incentivo Fiscal	7.752	6.806	-	272
Créditos Fiscais não Reconhecidos	206	3.653	7	130
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	5.782	17.188	-	-
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	200	(1.366)	-	(487)
Multas Indedutíveis	(876)	(3.494)	-	-
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(2.887)	-	-	-
Outros	1.455	2.197	1.209	1.928
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	**(355.961)**	**(299.442)**	**5.177**	**(120.447)**
Alíquota Efetiva	**32,45%**	**32,67%**	**(0,70)%**	**16,33%**
Imposto Corrente	**(452.821)**	**(246.590)**	**-**	**(84.423)**
Imposto Diferido	**96.860**	**(52.852)**	**5.177**	**(36.024)**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2013, a Medida Provisória nº 627/13 tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015.

Os principais pontos de atenção considerados pela Companhia, no que se refere aos seus procedimentos, estão sendo objeto de estudo específico, bem como a conclusão sobre a opção pela adoção antecipada das novas regras em 2014. Não obstante, a Administração, com base nesta faculdade prevista na MP, não prevê, neste momento, efeitos retroativos significativos nestas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas da Companhia.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais. Os principais Depósitos Vinculados a Litígios, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Trabalhista	**322.690**	**282.387**	**35.694**	**28.653**
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	14.478	14.478	-	-
PASEP/COFINS (1)	720.225	719.973	-	-
Outros	100.402	97.429	89.842	87.601
	835.105	**831.880**	**89.842**	**87.601**
Outros				
Regulatório	41.425	34.610	12.879	13.148
Responsabilidade Civil	8.479	9.639	6.503	6.946
Relações de Consumo	4.531	5.032	2.022	2.397
Bloqueio Judicial	10.022	12.896	4.296	6.837
Outros	4.875	3.830	2.271	2.257
	69.332	**66.007**	**27.971**	**31.585**
	1.227.127	**1.180.274**	**153.507**	**147.839**

(1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16.

10. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Reembolso de subsídios tarifários

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Estes repasses foram reconhecidos nestas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, em 30 de junho de 2014, como receitas de subsídios, em contrapartida ao ativo circulante, no montante de R$283.838.

Reembolso de custos com energia comprada

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o consequentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Adicionalmente, em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoelétrica através de contratos por disponibilidade, além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo, para o período de fevereiro até dezembro de 2014. O decreto define que caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a Conta-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Ainda o mesmo decreto determina que a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologará, mensalmente, os valores a serem pagos pela Conta-ACR a cada Concessionária de Distribuição, mediante a utilização dos recursos de que trata o Decreto nº 8.221/2014, considerando a cobertura tarifária vigente. Define que deverá ser mantido na Conta-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária.

Estes repasses de CDE referentes ao período de janeiro a junho de 2014 foram reconhecidos nestas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, em 30 de junho de 2014, como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada, de acordo com o CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, no montante de de R$1.469.685, dos quais foram recebidos R$1.195.336 no primeiro semestre de 2014. A diferença, no valor de R$275.349, correspondente aos meses de maio e junho de 2014, tem a previsão de recebimento para o mês de agosto de 2014.

11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição e transmissão da Companhia e suas controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e suas controladas e a ANEEL.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Ativos de transmissão

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. A Companhia entregou o seu Laudo de Avaliação em 31 de julho de 2014, sendo que a Agência terá 30 (trinta) dias, contados a partir da data de protocolo, para manifestar o aceite do Laudo de Avaliação e mais 120 (cento e vinte) dias, a partir do aceite, para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável.

O Laudo de avaliação entregue à Aneel, ainda pendente de homologação, representa uma indenização à Companhia no valor de R$1.169.145, sendo que R$285.438 já foram recebidos no 1º trimestre de 2013, sendo que a diferença a ser ainda recebida pela Companhia deverá ser atualizada até a data de homologação pela Agência.

Os valores registrados correspondentes a indenização prevista para os ativos de transmissão relativos ao contrato de concessão 006/97, formados até 31 de dezembro de 2012 e objetos do laudo mencionado acima, correspondem ao valor de R$596.903 em 30 de junho de 2013.

Adicionalmente, a Companhia reverteu provisão registrada em 2012, no valor de R$63.315 , referente aos investimentos em transmissão realizados no período de maio a dezembro de 2012 e que foram incluídos no Laudo de avaliação descrito no parágrafo anterior. Essa provisão foi registrada na época em função de incertezas relacionadas ao processo de indenização dos ativos referentes ao período mencionado, considerando à adesão à Lei 12.783/13.

Caberá ao Ministério de Minas e Energia definir as diretrizes complementares com relação à forma e prazo de pagamento dos valores de que trata a referida Portaria.

O saldo restante relativo às concessões de transmissões refere-se a investimentos que serão remunerados através de receita permitida, conforme estabelecido pela Aneel através de autorizações específicas.

Ativos de distribuição

O Processo de Revisão Tarifária da controlada Cemig D ocorre a cada 5 anos, através de um processo de avaliação econômica, no qual são definidas as tarifas das concessões de distribuição da companhia no Estado de Minas Gerais. Dentro do processo de revisão tarifária é definida a Base Regulatória de Remuneração (“BRR”) relacionada aos ativos vinculados às concessões.

Em 11 de março de 2013, a Superintendência de Fiscalização Econômico Financeira (SFF) da ANEEL, através do Despacho nº 689, divulgou a BRR preliminar da Cemig D, no montante de R$5.111.837. Logo após a divulgação da BRR preliminar, a Administração iniciou discussões com a ANEEL com o intuito de demonstrar tecnicamente a esta Agência a necessidade de que referido montante fosse revisado. Em 5 de abril de 2013, em reunião da Diretoria da ANEEL, foi homologada a BRR revisada da Cemig D, no montante de R$5.511.768.

A companhia interpôs novo recurso à ANEEL questionando certos critérios e valores da BRR que foram definidos em 5 de abril de 2013, uma vez que os montantes considerados na BRR revisada divulgada, relacionados principalmente aos gastos efetuados pela companhia com o Programa Luz para Todos ("Programa Luz para Todos" ou "PLPT") ainda são substancialmente inferiores aos efetivamente incorridos na execução deste programa. Em reunião da Diretoria da Aneel ocorrida em 17 de dezembro de 2013, o Diretor Relator do recurso administrativo da Cemig D referente à Base de Remuneração para fins do 3º ciclo de revisão tarifária decidiu dar provimento parcial ao pedido de reconsideração interposto pela Companhia.

Em 25 de março de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, no uso de suas atribuições, através do Despacho do Diretor-Geral nº 729, reconheceu parcialmente o pedido de reconsideração da Companhia no Recurso Administrativo interposto pela Cemig-D contra o Despacho n° 689/2013, aprovando novo valor para a Base de Remuneração Regulatória - BRR da Concessionária, cujo valor passou a ser de R$5.849.143, representando um acréscimo de R$337.375.

A Companhia analisou o resultado do julgamento e as eventuais possibilidades adicionais de questionamento junto a ANEEL. Em função dessa análise, concluiu que ser apropriada uma redução do ativo financeiro registrado, no montante de R$110.398, reconhecida em contrapartida ao resultado financeiro do período.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	30/06/2014	31/12/2013
Concessões de Distribuição	5.435.680	5.063.802
Concessões de Transmissão		
Indenização a Receber	596.903	533.588
Ativos Remunerados por Tarifa	279.642	245.547
	876.545	779.135
Total	**6.312.225**	**5.842.937**
Ativo Circulante	**4.582**	**2.254**
Ativo Não Circulante	**6.307.643**	**5.840.683**

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**779.135**	**5.063.802**	**5.842.937**
Adições	37.092	-	37.092
Baixas	(296)	(3.032)	(3.328)
Transferências	(595)	376.237	375.642
Reversão de Provisão	63.315	-	63.315
Recebimentos	(2.106)	-	(2.106)
Atualização Financeira	-	(1.327)	(1.327)
Saldo em 30 de junho de 2014	**876.545**	**5.435.680**	**6.312.225**

12. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Cemig Geração e Transmissão	-	-	4.778.869	3.815.017
Hidrelétrica Cachoeirão	35.012	33.922	-	-
Guanhães Energia	67.428	67.428	-	-
Hidrelétrica Pipoca	27.766	25.069	-	-
Chipley	735.557	-	-	-
Madeira Energia	663.199	642.585	-	-
Lightger	41.222	40.076	-	-
Baguari Energia	206.418	199.411	-	-
Renova	810.129	-	-	-
Aliança	3.320	-	-	-
SAAG Investimentos	610.269	-	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	61.471	61.201	-	-
Central Eólica Volta do Rio	79.272	77.884	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	60.482	60.948	-	-
Amazônia Energia	357.909	310.797	-	-
Cemig Distribuição	-	-	2.425.963	2.492.858
Light	1.113.795	1.190.464	1.113.795	1.190.464
TAESA	2.147.971	2.249.382	2.147.971	2.249.382
Cemig Telecom	-	-	233.507	237.172
Ativas Data Center	4.397	4.397	-	-
Gasmig	553.656	577.239	553.656	577.239
Rosal Energia	-	-	125.980	140.005
Sá Carvalho	-	-	107.951	121.816
Horizontes Energia	-	-	75.132	76.103
Usina Térmica Ipatinga	-	-	24.467	26.362
Cemig PCH	-	-	84.243	87.569
Cemig Capim Branco Energia	-	-	136.928	128.426
Epícares Empreendimentos e Participações Ltda	95.189	103.271	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	28.521	28.933	28.521	28.933
UTE Barreiro	-	-	30.560	34.775
Companhia Transudeste de Transmissão	14.578	13.809	14.578	13.809
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	6.123	10.448
Companhia Transirapé de Transmissão	14.747	14.262	14.747	14.262
Transchile	52.714	54.825	52.714	54.825
Efficientia	-	-	7.415	7.253
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	5.945	5.942
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	19.395	17.666	19.395	17.666
Cemig Trading	-	-	32.340	46.886
Axxiom Soluções Tecnológicas	13.329	7.886	13.329	7.886
Parati	360.506	379.345	360.506	379.345
Cemig Overseas (*)	975	-	975	-
	8.179.227	**6.160.800**	**12.395.610**	**11.764.443**

(*) Cemig Overseas empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior.

A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

Controladora	31/12/2013	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Outros	30/06/2014
Cemig Geração e Transmissão	3.815.017	1.810.857	-	(847.005)	-	4.778.869
Cemig Distribuição	2.492.858	(66.895)	-	-	-	2.425.963
Cemig Telecom	237.172	(3.990)	325	-	-	233.507
Rosal Energia	140.005	(320)	-	(14.096)	391	125.980
Sá Carvalho	121.816	10.605	-	(25.118)	648	107.951
Gasmig	577.239	31.495	-	(55.078)	-	553.656
Horizontes Energia	76.103	6.421	-	(7.392)	-	75.132
Usina Térmica Ipatinga	26.362	6.793	-	(8.854)	166	24.467
Cemig PCH	87.569	5.502	-	(9.047)	219	84.243
Cemig Capim Branco Energia	128.426	39.771	-	(31.269)	-	136.928
Companhia Transleste de Transmissão	28.933	2.681	-	(3.093)	-	28.521
UTE Barreiro	34.775	(930)	-	(3.336)	51	30.560
Companhia Transudeste de Transmissão	13.809	1.443	-	(674)	-	14.578
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	10.448	5.540	-	(9.865)	-	6.123
Companhia Transirapé de Transmissão	14.262	1.265	-	(780)	-	14.747
Transchile	54.825	535	(2.645)	-	(1)	52.714
Efficientia	7.253	162	-	-	-	7.415
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.942	192	-	(188)	(1)	5.945
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.666	1.729	-	-	-	19.395
Light	1.190.464	26.763	-	(103.432)	-	1.113.795
Cemig Trading	46.886	32.146	-	(46.692)	-	32.340
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.886	(1.299)	-	-	6.742	13.329
Parati	379.345	12.987	-	(31.826)	-	360.506
Taesa	2.249.382	77.956	-	(179.367)	-	2.147.971
Cemig Overseas	-	-	-	-	975	975
	11.764.443	**2.001.409**	**(2.320)**	**(1.377.112)**	**9.190**	**12.395.610**

Consolidado	31/12/2013	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	30/06/2014
Gasmig	577.239	31.495	-	(55.078)	-	-	553.656
Companhia Transleste de Transmissão	28.933	2.681	-	(3.093)	-	-	28.521
Companhia Transudeste de Transmissão	13.809	1.443	-	(674)	-	-	14.578
Companhia Transirapé de Transmissão	14.262	1.265	-	(780)	-	-	14.747
Transchile	54.825	535	(2.645)	-	-	(1)	52.714
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.666	1.729	-	-	-	-	19.395
Light	1.190.464	26.763	-	(103.432)	-	-	1.113.795
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.886	(1.299)	-	-	6.517	225	13.329
Hidrelétrica Cachoeirão	33.922	4.230	-	(3.140)	-	-	35.012
Guanhães Energia	67.428	-	-	-	-	-	67.428
Hidrelétrica Pipoca	25.069	3.803	-	(1.106)	-	-	27.766
Madeira Energia	642.585	(19.386)	-	-	40.000		663.199
Lightger	40.076	1.362	-	(216)	-	-	41.222
Baguari Energia	199.411	6.911	-	-	-	96	206.418
Central Eólica Praias de Parajuru	61.201	763	-	(493)	-	-	61.471
Central Eólica Volta do Rio	77.884	1.388	-	-	-	-	79.272
Central Eólica Praias de Morgado	60.948	(466)	-	-	-	-	60.482
Amazônia Energia	310.797	(2.035)	-	-	49.147	-	357.909
Ativas Data Center	4.397	(12.691)	-	-	-	12.691	4.397
Epícares Empreendimentos	103.271	899	-	(8.981)	-	-	95.189
Parati	379.345	12.987	-	(31.826)	-	-	360.506
Taesa	2.249.382	77.956	-	(179.367)	-	-	2.147.971
Renova	-	-	-	-	810.129	-	810.129
Aliança	-	-	-	-	3.320		3.320
Chipley	-	(4.386)			739.943	-	735.557
SAAG Investimentos	-	-	-	-	610.269	-	610.269
Cemig Overseas	-	-	-	-	975	-	975
	6.160.800	**135.947**	**(2.645)**	**(388.186)**	**2.260.300**	**13.011**	**8.179.227**

Ágio na aquisição de Participações

O ágio na aquisição das empresas adquiridas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas em Conjunto, decorre basicamente da mais valia das concessões e está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização dos ágios ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	30/06/2014			31/12/2013		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785..358	100,00	1.700.000	4.778.869	100,00	893.192	3.815.017
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.425.963	100,00	2.261.998	2.492.858
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	4.273.964	26,06	2.225.822	4.567.728
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	233.507	100,00	225.082	237.172
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	125.980	100,00	46.944	140.005
Sá Carvalho	36.833.380	100,00	36.833	107.951	100,00	36.833	121.816
Gasmig	409.255.483	59,57	643.780	929.421	59,57	643.780	969.009
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	75.132	100,00	64.258	76.103
Usina Térmica Ipatinga	14.174.281	100,00	14.174	24.467	100,00	14.174	26.362
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	84.243	100,00	30.952	87.569
Cemig Capim Branco Energia	87.579.000	100,00	87.579	136.928	100,00	87.579	128.426
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	114.084	25,00	49.569	115.732
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	30.560	100,00	30.902	34.775
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	60.742	24,00	30.000	57.537
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	6.123	100,00	486	10.448
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	60.192	24,50	22.340	58.812
Transchile	56.407.271	49,00	133.601	107.580	49,00	142.100	111.888
Efficientia	6.051.944	100,00	6.052	7.415	100,00	6.052	7.253
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.000.000	100,00	5.001	5.945	100,00	5.001	5.941
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	38.029	51,00	28.000	34.639
Cemig Trading	160.297	100,00	160	32.339	100,00	160	46.886
Axxiom Soluções Tecnológicas	17.200.000	49,00	17.200	27.202	49,00	13.700	16.093
Parati	1.432.910.000	25,00	1.432.910	1.442.024	25,00	1.432.910	1.517.376
TAESA	1.033.496.721	43,36	3.042.035	4.953.808	43,36	3.042.034	5.187.689

Em 30 de abril de 2014, hove o aumento do Capital Social de R$893.192 para R$1.700.000 da Cemig Geração e Transmissão, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de R$806.808, sendo R$419.871 provenientes do saldo da Reserva Legal e R$386.937 provenientes de parte da Reserva de Retenção de Lucros.

Opções de venda

Taesa

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações, que é acionista da Taesa, uma opção de venda de suas ações da Companhia, exercível em outubro de 2014. A opção é calculada através da soma do valor dos aportes do Fundo na Taesa, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos pagos pela Taesa. Sobre o valor líquido haverá atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira. O Fundo de Participações não se manifestou no prazo do contrato, que encerrou-se em 02 de julho de 2014, sendo assim, a PUT não poderá ser exercida. As units da Taesa, calculadas sobre a metodologia da PUT, são inferiores ao preço de mercado.

Parati

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

O Fundo de Participação possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, a Companhia observou o volume das ações da Light negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tal opção, se exercida pelo Fundo, requererá a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações da referida empresa em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das demonstrações contábeis.

Com base nos estudos realizados, a Cemig não registrou obrigações em suas demonstrações contábeis decorrentes dessa opção, tendo em vista que a estimativa do valor justo aproxima-se de zero.

Investimento na Madeira Energia S.A. (MESA)

A Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 30 de junho de 2014, R$20.145.791 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade. Em 30 de junho de 2014, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada indireta é de R$2.014.579. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e, em 30 de junho de 2014, o seu passivo circulante excedeu o seu ativo circulante em R$470.090. O efeito proporcional na Companhia é de R$47.009. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo.

Neste sentido, a MESA e sua controlada Santo Antônio Energia S.A contam com os aportes de recursos a serem efetuados pelos seus acionistas, dos quais R$400.000 foram aportados no primeiro semestre de 2014 (R$40.000 pela Companhia), bem como com linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo.

Aumento de participação

No dia 06 de junho de 2014 foram transferidas, pela Andrade Gutierrez Participações S.A. (“AGP”), ações preferenciais nominativas e ações ordinárias nominativas ("Operação”), correspondentes a 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”), para o Fundo de Investimento em Participações Melbourne, administrado pelo Banco Modal (“FIP Melbourne”), do qual a Cemig GT e entidades de previdência complementar são investidoras por meio de uma estrutura de fundos de investimento em participações (“Fundos”) e sociedade de propósito específico (“SPE” e, em conjunto com os Fundos, “Estrutura de Investimento”).

A Cemig GT detém participação inferior a 50% do patrimônio dos Fundos e inferior a 50% capital social votante da SPE, preservando a natureza privada da Estrutura de Investimento, sendo o controle dos Fundos compartilhado entre os cotistas.

A SAAG detém 12,4% do capital social total da Madeira Energia S.A. (“MESA”).

O valor da Operação foi dividido em 2 parcelas, tendo a primeira parcela, equivalente a 81% do total do valor da Operação, no montante de R$734.000 sido quitada em 06 de junho de 2014. Desse valor da 1ª parcela, R$610.629 foram quitados pela Companhia e R$123.371 pelos Fundos de Previdência Complementar. O pagamento da segunda parcela, previsto para ocorrer até 31 de agosto de 2014, encontra-se sujeito à subscrição de novas cotas de emissão do FIP Melbourne.

Foi também assinado, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas (“Opções de Venda”) dos Fundos, que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado pro rata temporis, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% (sete por cento) ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Com base nos estudos realizados, a Cemig GT não registrou obrigações em suas demonstrações contábeis decorrentes dessas opções, tendo em vista que a estimativa do valor justo das opções aproxima-se de zero.

Investimento na Amazônia Energia S.A. (NESA)

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão Nº 001/2010 com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. Em função de manifestações de representações de comunidades, liminares judiciais, invasões e greves na região da construção do empreendimento ocorreram paralisações nas obras. Estão em fase de discussão, entre a NESA e os fornecedores, eventuais impactos nos custos do empreendimento.

Celebração de Acordo de Investimento na Renova e Aquisição de participação na Brasil PCH

A controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. celebrou em 2013 Acordo de Investimento com a Renova Energia S.A. (“Renova”), RR Participações S.A. (“RR”), Light Energia S.A. (“Light Energia”) e Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”). O Acordo de Investimento tem como objetivo regular a entrada da Cemig GT, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização de novas ações da Renova, pelo valor de emissão de R$0,016227 por ação ordinária, sendo a parcela do aumento do capital social da Renova a ser subscrita e integralizada pela Cemig GT, direta ou indiretamente, no valor de R$1.550.072, valores estes atualizados pela variação do CDI desde 31 de dezembro 2012 até a data do efetivo aumento de capital.

Constou ainda do Acordo de Investimento a estruturação da Chipley, com participação da Cemig GT e do Grupo Renova, para efetuar a aquisição prevista no Contrato de Compra e Venda de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH S.A. (“CCVA Brasil PCH”), firmado com a Petrobras, em 14 de junho 2013.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações ordinárias da Brasil PCH, exerceu o seu direito de venda conjunta (“tag along”).

A transação de aquisição da Brasil PCH foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R$739.943. O aporte de recursos na Chipley para a conclusão da operação foi viabilizado através de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado integralmente pela Cemig GT.
Conforme previsto no Acordo de Investimentos, a integralização de ações da Renova, a ser realizada direta ou indiretamente pela Cemig GT, será realizada mediante a cessão integral à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pela CEMIG GT na Chipley, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Cemig GT realizou ainda, em 31 de março de 2014, um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital na Renova, no valor de R$810.129, complementando assim o valor previsto no Acordo de Investimentos para aumento de capital da Renova, devidamente corrigido.

Dessa forma, a obrigação de investimento na Renova no valor de R$1.414.733, valores em 31 de dezembro de 2012, estariam atendidos pelo Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Renova em 31 de março de 2014 e através da cessão pela Cemig GT à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Chipley. A subscrição e integralização do aumento de capital na Renova deverá ser concluída até setembro de 2014.

Aquisição de participação na Retiro Baixo Energética S.A.

A CEMIG GT acordou, por R$ 145.897, a aquisição de participação de 49,9% na Retiro Baixo Energética S.A., controladora da UHE Retiro Baixo (MG-83,7 MW), com energia assegurada de 38,5 MW médios. A fatia na hidrelétrica pertencia a Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. e Arcadis Logos Energia S.A.. Em julho de 2014, houve a anuência do sócio remanescente, Furnas Centrais Elétricas S.A. e a aprovação pelo Conselho de Administração de Defesa Econômica. A conclusão do negócio, prevista para ocorrer até o final de 2014, depende, ainda, da aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica e pelos financiadores.

13. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2014			31/12/2013		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Terrenos	382.377	(7.032)	375.345	382.377	(4.518)	377.859
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.466.104	(5.133.067)	2.333.037	7.466.002	(5.071.260)	2.394.742
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.295.677	(1.586.737)	708.940	2.285.119	(1.573.213)	711.906
Máquinas e Equipamentos	7.441.342	(5.423.917)	2.017.425	7.424.595	(5.345.096)	2.079.499
Veículos	28.919	(18.336)	10.583	29.528	(17.569)	11.959
Móveis e Utensílios	14.487	(12.586)	1.901	14.443	(12.503)	1.940
	17.628.906	(12.181.675)	5.447.231	17.602.064	(12.024.159)	5.577.905
Em Curso	250.532	-	250.532	239.550	-	239.550
Imobilizado Líquido	**17.879.438**	**(12.181.675)**	**5.697.763**	**17.841.614**	**(12.024.159)**	**5.817.455**

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Adição/ Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2014
Em Serviço					
Terrenos	377.859	-	-	(2.514)	375.345
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.394.742	102	-	(61.807)	2.333.037
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	711.906	10.565	-	(13.531)	708.940
Máquinas e Equipamentos	2.079.499	19.994	(1.509)	(80.559)	2.017.425
Veículos	11.959	2	(26)	(1.352)	10.583
Móveis e Utensílios	1.940	93	(2)	(130)	1.901
	5.577.905	30.756	(1.537)	(159.893)	5.447.231
Em Curso	239.550	10.982	-	-	250.532
Imobilizado Líquido	**5.817.455**	**41.738**	**(1.537)**	**(159.893)**	**5.697.763**

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis. Assim, o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

Custos de Empréstimos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o Ativo Imobilizado no semestre.

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de Setembro de 2008. A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento são como segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	30/06/2014	31/12/2013
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	4,97	38.917	38.826
Usina Igarapava	14,50%	2,48	58.638	58.295
Usina de Funil	49,00%	3,53	183.446	183.229
Usina de Queimado	82,50%	3,98	212.531	212.531
Usina de Aimorés	49,00%	3,74	552.350	552.204
Consórcio Capim Branco Energia	21,05%	3,75	56.240	56.240
Depreciação acumulada			(287.513)	(257.806)
			814.609	**843.519**
Em curso				
Usina de Queimado	82,50%		1.645	1.626
Usina de Funil	49,00%		-	205
Usina de Aimorés	49,00%		-	147
Usina Igarapava	14,50%		25	358
Usina Porto Estrela	33,33%		-	89
Consórcio Capim Branco Energia	21,05%		2.253	2.244
			3.923	**4.669**
Total de Consórcios - Controladora			**818.532**	**848.188**

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00
Usinas Amador Aguiar I e II	VALE S.A.	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMM	12,63

Renovação da concessão da Usina de Jaguara

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguara, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia onde não foi analisado o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguara até o julgamento final da ação.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguara, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Dessa forma, a Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

Em 14 de maio de 2014, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (“MME”) que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara (“Jaguara”), nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97.

O julgamento foi suspenso em razão do pedido de vista por um dos ministros, terminando a sessão com empate, dois votos favoráveis e dois contrários ao pedido de prorrogação da Cemig GT. Está prevista para 14 de agosto de 2014 a retomada do julgamento.

A liminar concedida para que a Cemig permanecesse no controle de Jaguara, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo, continua vigente.

A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior.

Renovação da concessão da Usina de São Simão

Em 03 de junho de 2014, a companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da usina de São Simão uma vez que entende que o respectivo contrato de concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da Aneel decidiu recomendar ao Ministério da Minas e Energia que seja negada a renovação da Concessão da usina de São Simão por entender que a Cemig não realizou o pedido de prorrogação dentro do prazo estabelecido pela Lei 12.783/13.

A Companhia entende que tem direito à prorrogação da concessão da usina de São Simão, cujo prazo de vencimento é janeiro de 2015, conforme cláusulas estabelecidas no contrato de concessão e no Art. 19 da Lei nº 9.074/1995.

14. INTANGÍVEL

a) Composição de saldo em 30 de junho de 2014 e 31 dezembro de 2013

Controladora	Taxa Média de Amortização	30/06/2014			31/12/2013		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	20%	3.788	(3.172)	616	3.705	(2.960)	745
Marcas e Patentes	10%	9	(9)	-	9	(4)	5
		3.797	(3.181)	616	3.714	(2.964)	750
Em Curso		3	-	3	3	-	3
Intangível Líquido		**3.800**	**(3.181)**	**619**	**3.717**	**(2.964)**	**753**

Consolidado	30/06/2014			31/12/2013		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	13.819	(1.638)	12.181	13.757	(1.318)	12.439
Concessão Onerosa	39.868	(14.188)	25.680	39.868	(12.440)	27.428
Ativos de Concessão	6.780.955	(6.085.897)	695.058	6.748.458	(5.882.416)	866.042
Outros	74.165	(46.618)	27.547	67.838	(44.102)	23.736
	6.908.807	(6.148.341)	760.466	6.869.921	(5.940.276)	929.645
Em Curso	976.889	-	976.889	1.074.345	-	1.074.345
Intangível Líquido	**7.885.696**	**(6.148.341)**	**1.737.355**	**7.944.266**	**(5.940.276)**	**2.003.990**

b) Movimentação do Ativo Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/06/2014
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	12.439	-	-	(320)	62	12.181
Concessão Onerosa	27.428	-	-	(1.748)	-	25.680
Ativos de Concessão	866.042	-	(434)	(216.277)	45.727	695.058
Outros	23.736	-		(2.332)	6.143	27.547
	929.645	-	(434)	(220.677)	51.932	760.466
Em Curso	1.074.345	326.571	-	-	(424.027)	976.889
Intangível Líquido - Consolidado	**2.003.990**	**326.571**	**(434)**	**(220.677)**	**(372.095)**	**1.737.355**

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

Custos de Empréstimos

A Companhia transferiu para o ativo Intangível encargos com empréstimos e financiamentos vinculados à obra no montante de R$34.929, no consolidado, em 30 de junho de 2014 (R$22.181 em 30 de junho de 2013).

	30/06/2014	30/06/2013
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	406.811	357.470
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(34.929)	(22.181)
Efeito Líquido no Resultado	**371.882**	**335.289**

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Energia de curto prazo - CCEE	493.150	77.382
Encargos de uso da rede elétrica	66.001	63.653
Energia elétrica comprada para revenda	487.862	465.693
Itaipu binacional	132.880	179.924
Materiais e serviços	263.919	279.706
	1.443.812	**1.066.358**
Circulante	1.443.812	1.066.358
Não Circulante	-	-

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações, do Não Circulante, de PASEP/COFINS, referem-se à diferença temporária e ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos. A Companhia e suas Controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e mantiveram esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente os impostos.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Circulante				
ICMS	356.397	323.234	18.091	18.091
COFINS	60.062	103.423	-	37.118
PASEP	13.242	22.611	-	8.059
INSS	17.549	22.835	1.590	2.120
Outros	22.468	26.450	1.166	1.491
	469.718	498.553	20.847	66.879
Não Circulante				
COFINS	552.262	579.494	-	-
PASEP	119.898	125.811	-	-
Outros	155	192	-	-
	672.315	705.497	-	-
	1.142.033	**1.204.050**	**20.847**	**66.879**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
Imposto de Renda	18.167	25.711
Contribuição Social	6.409	9.188
	24.576	**34.899**

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				30/06/2014			31/12/2013
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US$	862	22.188	23.050	32.345
KFW	2016	4,50	EURO	1.988	2.983	4.971	6.384
KFW	2024	1,78	EURO	-	9.834	9.834	-
TOSHIBA	2014	LIBOR + 5,36	US$	-	-	-	7.420
Dívida em Moeda Estrangeira				**2.850**	**35.005**	**37.855**	**46.149**
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R$	67.865	131.890	199.755	208.611
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R$	7.456	442.349	449.805	449.124
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10% do CDI	R$	539.250	480.000	1.019.250	1.017.436
Banco do Brasil S.A.	2014	98,50% do CDI	R$	205.003	-	205.003	384.045
Banco do Brasil S.A	2015	99,50% do CDI	R$	224.132	-	224.132	212.469
Banco do Brasil S.A	2016	104,25% do CDI	R$	-	667.331	667.331	634.428
Nota Promissória - 5ª Emissão (GT)	2015	106.85 do CDI	R$	1.400.609	-	1.400.609	-
Nota Promissória – 7ª Emissão (D)	2015	105.00 do CDI	R$	1.238.776	-	1.238.776	-
BNDES	2026	TJLP+2,34	R$	7.885	84.574	92.459	96.303
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R$	-	-	-	500
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R$	81.962	211.177	293.139	334.090
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R$	4.485	2.479	6.964	6.707
FINEP	2018	TJLP + 5 e TJLP + 8	R$	4.372	10.188	14.560	13.271
Consórcio Pipoca	2014	IPCA	R$	185	-	185	185
BNDES – Cemig Telecom (2)	2018	Diversas	R$	7.942	20.280	28.222	32.166
Dívida em Moeda Nacional				**3.789.922**	**2.050.268**	**5.840.190**	**3.389.335**
Total de Empréstimos e Financiamento				**3.792.772**	**2.085.273**	**5.878.045**	**3.435.484**
Debêntures – 1ª Emissão (D)	2014	IGP-M + 10,50	R$	-	-	-	424.172
Debêntures –2ª Emissão (D)	2017	IPCA + 7,96	R$	23.859	582.866	606.725	560.983
Debêntures – 1ª série – 3ª Emissão (GT)	2017	CDI + 0,90	R$	19.065	479.920	498.985	518.319
Debêntures - 2ª série – 2ª Emissão (GT)	2015	IPCA + 7,68	R$	521.463	-	521.463	1.024.686
Debêntures - 3ª série – 3ª Emissão (GT)	2022	IPCA + 6,20	R$	16.574	773.205	789.779	782.247
Debêntures - 2ª série – 3ª Emissão (GT)	2019	IPCA + 6,00	R$	4.786	230.822	235.608	233.127
Debêntures - 2º Série - 3ª Emissão (D)	2021	IPCA + 4,70	R$	19.420	1.189.716	1.209.136	1.188.288
Debêntures - 3º Série - 3ª Emissão (D)	2025	IPCA + 5,10	R$	12.629	709.758	722.387	711.380
Debêntures - 1º Série - 3ª Emissão (D)	2018	CDI + 0,69	R$	16.075	410.369	426.444	442.272
Debêntures (3)	2018	CDI + 0,80	R$	2.014	72.000	74.014	77.054
Debêntures – Governo do Estado de Minas Gerais (4)	2031	IGP-M	R$	-	62.953	62.953	59.352
Debêntures - 4ª Emissão (GT)	2016	CDI + 0,85	R$	28.290	500.000	528.290	-
Total de Debêntures				**664.175**	**5.011.609**	**5.675.784**	**6.021.880**
Total Geral Consolidado				**4.456.947**	**7.096.882**	**11.553.829**	**9.457.364**

(1) As taxas de juros variam: 2,00% a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88 % ao ano;
(2) Empréstimo realizado pela Cemig Telecom;
(3) Debêntures emitidas pela Capim Branco;
(4) Contratos ajustados a valor presente, conforme CPC 12.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de junho de 2014, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
Nota Promissória, Aval e Fiança	9.148.770
Recebíveis	1.197.120
Sem Garantia	1.207.939
TOTAL	**11.553.829**

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	862	-	-	-	-	-	-	22.188	23.050
Euro	994	2.506	3.024	1.035	1.035	1.035	1.035	4.141	14.805
Total por Moedas	**1.856**	**2.506**	**3.024**	**1.035**	**1.035**	**1.035**	**1.035**	**26.329**	**37.855**
Indexadores									
IPCA (1)	94.310	698.672	193.845	193.846	114.995	508.139	647.934	1.633.542	4.085.283
UFIR/RGR (2)	41.158	67.587	49.943	40.370	35.172	23.562	20.465	14.882	293.139
CDI (3)	672.572	3.343.017	1.740.470	765.633	410.702	-	-	-	6.932.394
URTJ/TJLP (4)	10.593	18.913	18.617	18.617	10.635	7.631	7.631	42.604	135.241
IGP-M (5)	-	-	-	-	-	-	-	62.953	62.953
IGP-DI (6)	2.385	586	711	711	483	-	-	-	4.876
TR (7)	1.607	-	-	385	96	-	-	-	2.088
Total por Indexadores	**822.625**	**4.128.775**	**2.003.586**	**1.019.562**	**572.083**	**539.332**	**676.030**	**1.753.981**	**11.515.974**
Total Geral	**824.481**	**4.131.281**	**2.006.610**	**1.020.597**	**573.118**	**540.367**	**677.065**	**1.780.310**	**11.553.829**

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
(4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
(5) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M);
(6) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna. INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IGP-DI);
(7) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda - variação %	30/06/2014	30/06/2013	Indexador - variação %	30/06/2014	30/06/2013
Dólar Norte-Americano	(5,98)	8,42	IGP-M	2,45	1,74
Euro	(6,56)	6,95	CDI	4,97	3,46
			IPCA	3,75	3,15

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**9.457.364**
Empréstimos e Financiamentos obtidos	3.128.769
Variação monetária e cambial	177.600
Encargos financeiros provisionados	403.340
Encargos financeiros pagos	(550.807)
Amortização de financiamentos	(1.062.437)
Saldo em 30 de junho de 2014	**11.553.829**

As captações de recursos durante o primeiro semestre de 2014 estão demonstradas a seguir:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Estrangeira			
KFW (GT)	2024	1,78	9.916
Total em Moeda Estrangeira			**9.916**
Moeda Nacional			
Debêntures – 4ª Emissão (GT)	2016	CDI + 0,85	505.368
FINEP (GT)	2018	TJLP + 8,00	3.485
Nota Promissória – 5ª Emissão (GT)	2015	106,85 do CDI	1.400.000
Nota Promissória – 7ª Emissão (D)	2015	105,00 do CDI	1.210.000
Total em Moeda Nacional			**3.118.853**
Total de Captações			**3.128.769**

Em janeiro de 2014, a Cemig GT concluiu a 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R$10 na data de emissão, qual seja, 23 de dezembro de 2013, totalizando R$500.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Emissora, em razão do pagamento de suas dívidas. As debêntures têm prazo de vencimento de 3 anos a contar da data de emissão, em 23 de dezembro de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 0,85% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal será paga em uma única parcela na data de vencimento. A 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples com esforços restritos de colocação da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em abril de 2014, a CEMIG D concluiu a 7ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, distribuída com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 121 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R$10.000 na data de emissão, qual seja, 8 de abril de 2014, totalizando R$1.210.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados ao pagamento de dívidas e à realização de investimentos em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura da distribuição de energia elétrica da Companhia. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 03 de abril de 2015, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 105% do CDI. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização. A 7ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Cemig D conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em junho de 2014, a CEMIG GT concluiu a 5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, distribuída com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 140 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R$10.000 na data de emissão, qual seja, 27 de junho de 2014, totalizando R$1.400.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano pela Companhia. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 22 de junho de 2015, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 106,85% do CDI. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização. A 5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, e possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Covenants Financeiros	Vencimento	30/06/2014	31/12/2013
CEMIG GT Gov. Estado MG (1)	Simples não Conversíveis	Não há	IGP-M	Não há	2031	62.953	59.352
CEMIG GT 2ª Série – 2ª Emissão (1)	Simples não Conversíveis	Não há	IPCA + 7,68	Não há	2015	521.463	1.024.686
CEMIG GT 1ª Série – 3ª Emissão (1)	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI + 0,90	Não há	2017	498.985	518.319
CEMIG GT 3ª Série – 3ª Emissão (1)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IPCA + 6,20	Não há	2022	789.779	782.247
CEMIG GT 2ª Série – 3ª Emissão (1)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IPCA + 6,00	Não há	2019	235.608	233.127
CEMIG GT 4ª Emissão (1)	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI + 0,85	Não há	2016	528.290	-
CEMIG D (1) - 1º Série 3ª Emissão (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,69	Não há	2018	426.444	442.272
CEMIG D (1) - 2º Série 3ª Emissão (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 4,70	Não há	2021	1.209.136	1.188.288
CEMIG D (1) - 3º Série 3ª Emissão (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 5,10	Não há	2025	722.387	711.380
CAPIM BRANCO	Simples não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,80	Não há	2018	74.014	77.054
CEMIG D 2ª Emissão (1) (2)	Simples não Conversíveis	Não há	IPCA + 7,96	Não há	2017	606.725	560.983
CEMIG D 1ª Emissão (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IGP-M + 10,50	Não há	2014	-	424.172
TOTAL						**5.675.784**	**6.021.880**

(1) Sem cláusula de repactuação e não há debêntures em tesouraria;
(2) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R$50 milhões (*cross-default*);

A controlada Cemig GT possui contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), no qual a Cemig é garantidora, com cláusula restritiva (“*covenant*”) atrelada a índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Patrimônio Líquido da Garantidora/Ativo Total da Garantidora	Maior ou igual a 30,00%

Caso não consiga atingir o índice requerido, a controlada Cemig GT terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Reserva Global de Reversão - RGR	59.222	57.574
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	19.595	12.139
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.606	3.163
Eficiência Energética	128.752	123.419
Pesquisa e Desenvolvimento	101.945	103.070
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.894	3.305
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	7.518	6.457
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	4.974	5.110
Encargo de Capacidade Emergencial	31.018	31.018
	360.731	**346.462**
Passivo Circulante	**167.640**	**153.437**
Passivo Não Circulante	**193.091**	**193.025**

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	**39.741**	**48.535**	**1.402**	**35.639**	**125.317**
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	2.853	3.187	95	2.252	8.387
Contribuições Pagas	(2.601)	(2.033)	(60)	(232)	(4.926)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2014	**39.993**	**49.689**	**1.437**	**37.659**	**128.778**
Passivo Circulante em 30 de junho de 2014					**8.048**
Passivo Não Circulante em 30 de junho de 2014					**120.730**

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	**807.739**	**1.011.719**	**28.677**	**600.593**	**2.448.728**
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	57.991	65.749	1.868	38.341	163.949
Contribuições Pagas	(52.901)	(33.705)	(1.040)	(6.186)	(93.832)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2014	**812.829**	**1.043.763**	**29.505**	**632.748**	**2.518.845**
Passivo Circulante em 30 de junho de 2014					**146.466**
Passivo Não Circulante em 30 de junho de 2014					**2.372.379**

Os valores registrados, no passivo circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

20. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2014
Trabalhistas	**146.229**	**23.578**	**(12.451)**	**(8.255)**	**149.101**
Cíveis					
Relações de Consumo	29.102	4.736	(5.020)	(4.569)	24.249
Outras ações cíveis	23.097	6.693	(5.452)	(3.229)	21.109
	52.199	**11.429**	**(10.472)**	**(7.798)**	**45.358**
Tributárias	26.027	8.522	(6)	(1.071)	33.472
Ambientais	1.179	27	(833)	-	373
Regulatórias	50.228	523	(22.513)	(130)	28.108
Outras	30.523	2.546	(2.052)	(411)	30.606
Total	**306.385**	**46.625**	**(48.327)**	**(17.665)**	**287.018**

	Controladora				
	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2014
Trabalhistas	**25.973**	**12.835**	**(9.211)**	**(4.233)**	**25.364**
Cíveis					
Relações de Consumo	6.679	426	(2.465)	(321)	4.319
Outras ações cíveis	6.266	563	(5.452)	(563)	814
	12.945	**989**	**(7.917)**	**(884)**	**5.133**
Tributárias	7.356	961	(7)	(506)	7.804
Ambientais	276	21	-	-	297
Regulatórias	20.394	7	(2.954)	(6)	17.441
Outras	770	60	-	-	830
Total	**67.714**	**14.873**	**(20.089)**	**(5.629)**	**56.869**

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$570.300 (R$476.679 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$149.101 foram provisionados (R$146.229 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas à indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de acidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R$64.086 (R$61.458 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$24.249 (R$29.102 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R$157.218 (R$131.719 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$21.109 (R$23.097 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$160.589 (R$98.691 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$33.472 foram provisionados (R$26.027 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R$3.959 (R$5.263 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$373 foram provisionados (R$1.179 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$170.300 (R$180.293 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$28.108 (R$50.228 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R$22.078 (R$20.020 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$145.636 (R$91.356 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$8.528 foram provisionados (R$10.503 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Trabalhistas – mão de obra terceirizada

A Companhia é parte em uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho onde se discute a terceirização da mão de obra em suas atividades-fim. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$52.423 (R$59.004 em 31 de dezembro de 2013), e representaria uma possível penalidade caso a Companhia descumprisse a obrigação de fazer no prazo determinado judicialmente. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia avaliou a probabilidade de perda como possível, uma vez que envolve interpretação sobre a constitucionalidade de artigo da lei de concessões (Lei nº 8.987/95) e há a possibilidade de reversão da decisão no Supremo Tribunal Federal (STF).

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R$121.834, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R$228.577 (R$218.832 em 31 de dezembro de 2013).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$890.122 (R$824.286 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei n° 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R$245.615 (R$302.230 em 31 de dezembro de 2013) e a probabilidade de perda foi classificada, inicialmente, como possível pela Companhia por acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados. Fundamentados na jurisprudência favorável sobre o tema, os assessores jurídicos da Companhia reavaliaram a probabilidade de perda de diversas ações para remota.

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Em função do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado, de R$410.695 (R$363.124 em 31 de dezembro de 2013), classificada como probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e de premissas equivocadas utilizadas pela fiscalização no julgamento administrativo.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo acrescido de eventual multa, sendo as principais: (i) o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; (ii) a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais ajuizou diversos processos administrativos e judiciais cobrando o ICMS sobre a transferência de excedente de energia elétrica no período de racionamento de energia.

Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R$12.512 (R$16.732 em 31 de dezembro de 2013). Em função de acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais envolvendo as ações judiciais de ICMS, as ações onde a Companhia era parte devedora ou credora estão em processo de extinção.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R$83.498. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia não constituiu provisão para esta contingência, estimada, em R$1.389.960 (R$1.290.887 em 31 de dezembro de 2013), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R$184.983 (R$146.057 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira, a partir de abril de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R$118.348 (R$108.893 em 31 de dezembro de 2013). Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como “possível”.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$179.966 (R$142.496 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R$218.994 (R$182.451 em 31 de dezembro de 2013).

Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R$1.723.766 (R$1.800.804 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível, pois embora não haja demonstração cabal dos argumentos vertidos pela parte contrária, dependerá de prova pericial para corroborar tais argumentos apresentados.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual, desde 1997, das respectivas usinas, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas da Cemig, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída e o valor da contingência é de R$117.217 (R$107.697 em 31 de dezembro de 2013).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão "possível". O valor da contingência é de R$59.038, em 30 de junho de 2014.

Outros Passivos Contingentes

Quebra de Contrato – Programa Luz Para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R$170.727(R$155.150 em 31 de dezembro de 2013) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela CEMIG para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$290.165 e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2014, o Capital Social da Companhia é de R$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferênciais, ambas com valor nominal de R$5,00.

Lucro por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação, considerando a emissão das novas ações é como segue:

Quantidade de ações	30/06/2014	30/06/2013
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708
Ações preferenciais	838.076.946	838.076.946
	1.258.841.654	**1.258.841.654**
Ações em Tesouraria	(560.718)	(560.718)
Total	**1.258.280.936**	**1.258.280.936**

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação em 30 de junho de 2014 e 2013 foram de R$1,45 e R$1,18 respectivamente, e para os lucros por ação para os períodos de três meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foram de R$0,59 e R$0,49 respectivamente, calculados com base no número de ações da Companhia em cada um dos períodos mencionados.

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

Dividendos Extraordinários

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de junho de 2014, deliberou pagar dividendos extraordinários no montante de R$1.704.000, o que corresponde a R$ 1,354228576 por ação.

O pagamento dos dividendos será realizado em duas parcelas, R$1.100.000, correspondente a R$ 0,874208588 por ação, pagos em julho de 2014, e R$604.000, correspondente a R$ 0,480019988 por ação, até 30 de setembro de 2014.

Fazem jus aos referidos benefícios todos os titulares de ações constantes do "Livro de Registro de Ações Nominativas" em 27 de junho de 2014, para os fins previstos no art. 205 da Lei 6.404/76.

Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial	Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Ajustes de Passivos Atuarias – Beneficios a Empregados - controladora	(6.154)	(6.154)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Imobilizado	820.337	850.247
Ajustes de Conversão de Balanço	14.853	17.498
Ajustes de Passivos Atuarias – Beneficios a Empregados	(281.603)	(281.603)
Instrumentos Financeiros de Hegde de Fluxo de Caixa	(129)	(454)
	553.458	585.688
Ajustes de avaliação patrimonial	**547.304**	**579.534**

22. RECEITA

	Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	8.102.330	7.000.636
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	414.021	571.724
Receita de Transmissão (c)	286.643	205.327
Receita de Indenização da Transmissão (d)	63.315	-
Receita de Construção de Transmissão (e)	37.092	43.579
Receita de Construção de Distribuição (e)	324.149	421.826
Transações com energia na CCEE (f)	2.267.284	840.388
Outras Receitas Operacionais (g)	650.343	446.405
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (h)	(2.646.647)	(2.413.301)
Receita Operacional líquida	**9.498.530**	**7.116.584**

	Consolidado	
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	4.184.583	3.533.238
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	218.093	220.163
Receita de Transmissão (c)	132.559	115.629
Receita de Indenização da Transmissão (d)	63.315	-
Receita de Construção de Transmissão (e)	23.543	25.940
Receita de Construção de Distribuição (e)	188.628	235.118
Transações com energia na CCEE (f)	940.377	261.641
Outras Receitas Operacionais (g)	351.059	246.979
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (h)	(1.364.399)	(1.199.718)
Receita Operacional líquida	4.737.758	**3.438.990**

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R$	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Residencial	5.027.320	4.695.961	2.508.267	2.280.679
Industrial	12.635.868	11.183.632	2.279.330	1.913.476
Comércio, Serviços e Outros	3.238.566	3.031.893	1.348.922	1.180.554
Rural	1.588.699	1.335.075	413.196	344.269
Poder Público	444.934	426.126	181.219	163.459
Iluminação Pública	643.068	629.969	168.190	155.078
Serviço Público	607.903	609.795	171.445	159.140
Subtotal	**24.186.358**	**21.912.451**	**7.070.569**	**6.196.655**
Consumo Próprio	19.055	17.386		-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	112.545	(115.531)
	24.205.413	**21.929.837**	**7.183.114**	**6.081.124**
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	7.108.010	7.659.519	919.216	919.512
Total	**31.313.423**	**29.589.356**	**8.102.330**	**7.000.636**

	MWh (1)		R$	
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013
Residencial	2.459.539	2.383.392	1.291.127	1.131.871
Industrial	6.525.802	5.683.850	1.205.424	979.298
Comércio, Serviços e Outros	1.576.085	1.503.197	694.834	584.369
Rural	844.996	702.258	227.378	170.554
Poder Público	224.262	217.861	96.920	82.500
Iluminação Pública	313.329	320.156	87.538	77.525
Serviço Público	288.676	305.469	87.271	79.436
Subtotal	**12.232.689**	**11.116.183**	**3.690.492**	**3.105.553**
Consumo Próprio	9.286	8.750		-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	53.399	(24.106)
	12.241.975	**11.124.933**	**3.743.891**	**3.081.447**
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	3.244.840	3.775.989	440.692	451.791
Total	**15.486.815**	**14.900.922**	**4.184.583**	**3.533.238**

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;
(2) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de "livres", com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição ("TUSD") desses consumidores livres são cobrados separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão é composta da seguinte forma:

- Receita de Concessão de Transmissão, que inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção das linhas de transmissão;
- Receita de Sistema de Conexão de Geração, decorrente dos ativos de transmissão pertencentes às unidades geradoras.

d) Receita de Indenização da Transmissão

Em junho de 2014, a Companhia reverteu provisão registrada em 2012, no valor de R$63.315 , referente aos investimentos em transmissão realizados no período de maio a dezembro de 2012 e que foram incluídos no Laudo de avaliação protocolado na ANEEL em 31 de julho de 2014. Essa provisão foi registrada na época em função de incertezas relacionadas ao processo de indenização dos ativos referentes ao período mencionado.

e) Receita de Construção

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos Custos de Construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Em determinados projetos, inclui adicionalmente a margem de lucro envolvida na operação.

f) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

g) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Serviço Taxado	4.329	5.949
Serviço de Telecomunicações	66.345	71.383
Prestações de Serviços	57.995	55.690
Aluguel e Arrendamento	39.449	792
Subvenções (*)	385.268	307.129
Outras	96.957	5.462
	650.343	**446.405**

	Consolidado	
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013
Serviço Taxado	2.559	2.235
Serviço de Telecomunicações	34.057	36.015
Prestações de Serviços	30.035	29.106
Aluguel e Arrendamento	19.932	-
Subvenções (*)	200.727	180.567
Outras	63.749	(944)
	351.059	**246.979**

(*)Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

h) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Tributos sobre a Receita		
ICMS	1.513.783	1.397.960
COFINS	751.751	637.958
PIS-PASEP	163.177	138.493
Outros	2.746	2.180
	2.431.457	**2.176.591**
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	21.729	60.173
Programa de Eficiência Energética – PEE	21.256	20.207
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	96.552	65.743
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	25.487
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	26.617	21.624
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	26.481	13.971
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	13.295	8.781
Encargos do Consumidor - PROINFA	14.915	12.495
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09) (1)	(5.655)	8.229
	215.190	**236.710**
	2.646.647	**2.413.301**

(1) Ressarcimento reconhecido pela Companhia no primeiro semestre de 2014, conforme Ofício 782/2013 autorizado pela ANEEL, em função de recolhimento excedente.

	Consolidado	
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013
Tributos sobre a Receita		
ICMS	783.147	693.402
COFINS	379.749	310.287
PIS-PASEP	82.432	67.361
Outros	1.438	1.136
	1.246.766	**1.072.186**
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	10.630	60.173
Programa de Eficiência Energética – PEE	12.298	8.375
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	54.420	32.307
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	13.104	8.100
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	13.102	8.101
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	6.551	4.050
Encargos do Consumidor - PROINFA	7.528	6.426
	117.633	**127.532**
	1.364.399	**1.199.718**

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Pessoal (a)	599.885	705.732	19.787	26.563
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	136.409	71.583	7.756	5.495
Obrigações Pós-Emprego	105.958	83.914	5.534	5.523
Materiais	157.258	79.682	58	67
Serviços de Terceiros (b)	424.688	439.003	8.372	4.281
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	3.497.982	2.274.710	-	-
Depreciação e Amortização	384.524	387.125	254	201
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	69.624	62.853	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	46.823	113.298	(5.216)	30.957
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	334.226	254.092	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	361.241	465.405	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	214.947	177.098	11.777	17.517
	6.333.565	**5.114.495**	**48.322**	**90.604**

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013
Pessoal (a)	305.104	262.802	7.369	8.931
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	78.602	15.582	2.907	923
Obrigações Pós-Emprego	52.979	41.957	2.767	2.761
Materiais	104.695	23.740	31	37
Serviços de Terceiros (b)	219.280	249.302	6.132	3.097
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.869.266	1.301.923	-	-
Depreciação e Amortização	202.491	184.140	131	107
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	28.489	28.812	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	42.040	71.060	5.769	15.828
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	164.684	127.867	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	212.171	261.057	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	104.768	90.245	4.025	9.142
	3.384.569	**2.658.487**	**29.131**	**40.826**

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Remunerações e Encargos	530.776	518.208	23.203	22.881
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	37.054	35.613	2.352	2.329
Benefícios Assistenciais	66.160	64.609	1.618	2.178
	633.990	**618.430**	**27.173**	**27.388**
Provisão (Reversão) de Programa de Desligamento Voluntário de empregados	(363)	108.641	(21)	3.313
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(33.742)	(21.339)	(7.365)	(4.138)
	(34.105)	**87.302**	**(7.386)**	**(825)**
	599.885	**705.732**	**19.787**	**26.563**

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013
Remunerações e Encargos	269.986	265.375	6.948	11.307
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	19.508	19.097	1.160	1.443
Benefícios Assistenciais	32.522	30.755	728	842
	322.016	**315.227**	**8.836**	**13.592**
Provisão (Reversão) de Programa de Desligamento Voluntário de empregados	(431)	(45.486)	(21)	(2.794)
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(16.481)	(6.939)	(1.446)	(1.867)
	(16.912)	**(52.425)**	**(1.467)**	**(4.661)**
	305.104	**262.802**	**7.369**	**8.931**

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	88.825	89.149	-	-
Comunicação	28.733	37.041	373	306
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	110.105	104.951	35	104
Conservação e Limpeza de Prédios	41.440	39.170	60	38
Gastos com Implantação do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE)	-	24.896	-	-
Mão de Obra Contratada	4.026	10.086	-	-
Fretes e Passagens	5.186	2.887	1.266	663
Hospedagem e Alimentação	8.129	5.824	278	195
Vigilância	11.917	8.878	-	-
Consultoria	6.378	4.991	1.255	1.071
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	17.633	7.468	126	6
Manutenção e Conservação de Veículos	6.145	4.627	27	13
Corte e Religação	7.137	10.825	-	-
Meio Ambiente	12.151	12.033	-	-
Serviços Advocatícios	15.102	12.702	3.851	825
Custas Processuais	1.170	1.685	35	73
Poda de Árvores	9.857	10.776	-	-
Limpeza de Faixa	12.587	15.363	-	-
Reprografia e Publicações Legais	3.133	3.941	190	169
Inspeção de Unidades Consumidoras	2.197	2.032	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	2.673	3.340	-	-
Manutenção de Aeronaves	240	601	-	-
Outros	29.924	25.737	876	818
	424.688	**439.003**	**8.372**	**4.281**

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	43.913	46.442	-	-
Comunicação	14.355	19.891	197	188
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	54.497	54.100	15	26
Conservação e Limpeza de Prédios	20.647	19.791	27	19
Gastos com Implantação do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE)	-	24.896	-	-
Mão de Obra Contratada	1.526	5.745	-	-
Fretes e Passagens	3.204	2.115	766	487
Hospedagem e Alimentação	4.465	4.347	210	148
Vigilância	6.923	5.231	-	-
Consultoria (recuperação de despesas)	(535)	3.418	824	794
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	14.557	4.106	125	-
Manutenção e Conservação de Veículos	3.392	2.390	7	4
Corte e Religação	4.528	3.787	-	-
Meio Ambiente	6.259	6.887	-	-
Serviços Advocatícios	8.303	8.083	3.287	590
Custas Processuais	631	894	25	38
Poda de Árvores	5.924	6.431	-	-
Limpeza de Faixa	6.126	8.749	-	-
Reprografia e Publicações Legais	2.076	3.939	172	86
Inspeção de Unidades Consumidoras	1.151	2.032	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	1.312	3.340	-	-
Manutenção de Aeronaves	88	601	-	-
Outros	15.938	12.087	477	717
	219.280	**249.302**	**6.132**	**3.097**

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Energia de Itaipu Binacional	402.654	477.732
Contratos por Cotas de Garantia Física	110.208	110.444
Cotas das Usinas de Angra I e II	88.814	75.039
Energia de curto prazo	896.730	54.650
PROINFA	131.608	127.418
Contratos Bilaterais	175.776	153.435
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	1.216.615	962.842
Energia adquirida no Ambiente Livre	798.202	517.190
Créditos de PASEP-COFINS	(322.625)	(204.040)
	3.497.982	**2.274.710**

	Consolidado	
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013
Energia de Itaipu Binacional	198.014	246.738
Contratos por Cotas de Garantia Física	55.984	110.444
Cotas das Usinas de Angra I e II	44.407	75.039
Energia de curto prazo	521.718	36.675
PROINFA	65.804	63.709
Contratos Bilaterais	95.707	87.315
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	637.694	537.127
Energia adquirida no Ambiente Livre	423.331	279.167
Créditos de PASEP-COFINS	(173.393)	(134.291)
	1.869.266	**1.301.923**

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	48.525	34.501	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	11.127	74.354	3.624	33.317
Cíveis	957	9.007	(6.928)	13.272
Tributárias	8.516	1.017	954	(661)
Ambientais	(806)	(11)	21	(473)
Regulatórias	(21.990)	12.397	(2.947)	(4.634)
Outras	494	(17.967)	60	(9.864)
	(1.702)	78.797	(5.216)	30.957
	46.823	**113.298**	**(5.216)**	**30.957**

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	21.217	13.879	-	-
Provisão para Contingências				
Trabalhistas	20.143	34.382	9.842	15.056
Cíveis	(2.720)	14.263	(6.242)	12.846
Tributárias	996	1.606	370	143
Ambientais	13	371	11	257
Regulatórias	2.133	15.312	1.757	(2.995)
Outras	258	(8.753)	31	(9.479)
	20.823	57.181	5.769	15.828
	42.040	**71.060**	**5.769**	**15.828**

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Pessoal e Administradores	24.667	17.103
Materiais	152.761	194.086
Serviços de Terceiros	155.831	221.584
Outras	27.982	32.632
	361.241	**465.405**

	Consolidado	
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013
Pessoal e Administradores	14.107	3.698
Materiais	102.588	104.436
Serviços de Terceiros	83.816	129.092
Outras	11.660	23.831
	212.171	**261.057**

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Arrendamentos e Aluguéis	53.607	49.995	131	466
Propaganda e Publicidade	8.545	1.929	1.216	15
Consumo Próprio de Energia Elétrica	7.855	6.980	-	-
Subvenções e Doações	11.337	9.426	-	20
Taxa de Fiscalização da ANEEL	17.470	20.469	-	-
Concessão Onerosa	11.647	11.476	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	55.773	35.136	166	164
Seguros	4.607	4.126	1.519	1.350
Anuidade CCEE	3.527	4.094	1	1
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	32.596	5.524	32	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	11.122	11.165	546	548
Outras Despesas (Recuperação de Despesas)	(3.139)	16.778	8.166	14.953
	214.947	**177.098**	**11.777**	**17.517**

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013
Arrendamentos e Aluguéis	26.235	25.321	(53)	299
Propaganda e Publicidade	6.975	1.479	364	-
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.932	3.081	-	-
Subvenções e Doações	8.354	7.382	-	12
Taxa de Fiscalização da ANEEL	7.842	9.985	-	-
Concessão Onerosa	6.390	6.578	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	28.845	18.434	78	88
Seguros	2.173	2.261	810	686
Anuidade CCEE	1.783	2.048	-	-
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	5.190	4.168	-	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	5.552	5.569	272	273
Outras Despesas (Recuperação de Despesas)	1.497	3.939	2.554	7.784
	104.768	**90.245**	**4.025**	**9.142**

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	157.585	105.326	28.175	28.487
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	86.815	87.602	-	-
Variações Cambiais	17.230	8.168	-	-
Variação Monetária	12.172		500	-
Variação Monetária de Depósito Judicial (Nota 9)	10	6.681	10	530
Ganhos com Instrumentos Financeiros	-	1.005	-	-
PASEP/COFINS sobre receita financeira	-	(3.348)	-	-
Atualização Monetária do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	43.547	-	43.547
Ajuste a Valor Presente	992	983	-	-
Outras	17.542	32.875	3.324	3.881
	292.346	**282.839**	**32.009**	**76.445**
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(371.882)	(335.289)	-	(21.460)
Variações Cambiais	(5.262)	(10.824)	(8)	(4)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(184.836)	(123.801)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(11.553)	(7.848)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(57.991)	(53.843)	(2.853)	(2.649)
Outras	(35.942)	(66.356)	(392)	(301)
	(667.466)	**(597.961)**	**(3.253)**	**(24.414)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(375.120)**	**(315.122)**	**28.756**	**52.031**

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	85.525	70.739	17.026	21.032
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	42.636	49.505	-	-
Variações Cambiais	12.530	(1.844)	-	-
Variação Monetária	12.172	-	123	(113)
Variação Monetária de Depósito Judicial (Nota 9)	(8.045)	3.842	-	248
Ganhos com Instrumentos Financeiros	-	1.115	-	-
PASEP/COFINS sobre receita financeira	-	(3.348)	-	-
Atualização Monetária do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	(3.985)	2.413	-	-
Atualização Líquida do Ativo Financeiro da Concessão	(112.593)			
Outras	11.183	22.028	1.690	2.140
	39.423	**144.450**	**18.839**	**23.307**
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(201.145)	(159.024)	-	(109)
Variações Cambiais	(1.728)	(9.728)	-	-
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(68.615)	(58.487)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	244	(4.074)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(28.607)	(23.435)	(1.407)	(1.153)
Outras	(17.153)	(41.288)	(31)	(10)
	(317.004)	**(296.036)**	**(1.438)**	**(1.272)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(277.581)**	**(151.586)**	**17.401**	**(22.035)**

Todas as variações expressivas nas contas de resultado são explicadas no comentário de desempenho, neste relatório.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
SAAG Investimentos								
Aquisição de participação	610.269	-	-	-	-	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	185	530	2.410	1.139	5.395	34.203	(2.249)	(1.748)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	103.430	-	-	-	-	-	-	-
Cia Centroeste de Minas								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	28	50	-	-	(204)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	930	930	-	-	-	-	-	-
Empresa Regional de Transmissão								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.946	5.946	59	-	-	-	(279)	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	599	634	-	-	(2.650)	-
Companhia Transleste de Transmissão								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	3.093	-	-	93	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	-	-	-	-	-	-
Epícares								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	8.983	-	-	-	-	-	-	-
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	3.082	3.253	-	-	(14.316)	(324)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia S.A								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	463	331	-	-	(2.929)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.876	5.968	-	-	-	-	-	-
Light Ger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	-	-	-	-	(5.855)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	219	-	-	-	-		-	-
Hidroelétrica Pipoca S.A.								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	1.999	-	-	-	-	-	-
Axxiom Soluções Tecnológicas								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	225	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (2)	16.138	20.695	-	-	50.034	43.331	-	-
Financiamentos – BDMG	-	-	1.008	1.016	-	-	(305)	(345)
Não Circulante								
Financiamentos – BDMG	-	-	9.277	7.365	-	-	-	-
Debêntures (3)	-	-	62.953	59.352	-	-	(3.601)	(3.200)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	61.667	57.437	-	-	(57.991)	(53.843)
Despesa com pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(37.054)	(18.661)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(11.121)	(11.164)
Arrendamento Operacional (7)	-	-	2.868	1.404	-	-	(8.543)	(8.316)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (4)	-	-	751.160	750.302	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	72.056	67.775	-	-	(67.618)	(45.735)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	1.001.212	972.622	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

(1) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
(2) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
(3) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. Os contratos foram ajustados a valor presente, conforme CPC 12.
(4) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e serão amortizados até o exercício de 2024;
(5) Contribuições da Cemig para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
(6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
(7) Aluguel do edifício sede;
(8) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados;

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 6, 15, 17, 19, 22 e 23.

Aumento de participação em investimento

Foi transferida pela Andrade Gutierrez Participações S.A. a participação de 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. para um fundo de investimento em participações do qual a Cemig GT é investidora. Mais detalhes disponíveis na Nota Explicativa nº 12.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	30/06/2014	Vencimento
Light / Norte Energia S.A.	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Norte Energia S.A.	Coligada	Fiança	Financiamento	972.262	2042
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	978.445	2034
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	303.120	2037
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	10.893	2023
				2.948.335	

Em 30 de junho de 2014, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos períodos de 30 de junho de 2014 e 2013 é conforme segue:

	30/06/2014	30/06/2013
Remuneração	4.533	4.194
Participação nos Resultados	1.288	1.911
Benefícios Pós Emprego	476	432
Benefícios Assistenciais	78	56
Total	**6.375**	**6.593**

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Ativo Financeiro da Concessão, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos incialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo :

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros da concessão não abarcados pela Lei 12.783/13 (Medida Provisória 579) e os Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE). São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;

- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;

- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;

- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, obrigações pós emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 7,96%, CDI + 0,69% a 0,90%, IGPM a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis;

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/06/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Bancos	74.121	74.121	74.713	74.713
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	1.914.656	1.914.656	2.127.114	2.127.114
Créditos com Consumidores e Revendedores	2.578.703	2.578.703	2.092.038	2.092.038
Concessionários – Transporte de Energia	245.853	245.853	248.808	248.808
Ativos Financeiros da Concessão	279.642	279.642	245.547	245.547
Reembolso Subsídios Tarifários e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	558.187	558.187	174.613	174.613
Depósitos Vinculados a Litígios	1.227.127	1.227.127	1.180.274	1.180.274
Fundos Vinculados	677	677	1.877	1.877
	6.878.966	**6.878.966**	**6.144.984**	**6.144.984**
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão	6.032.583	6.032.583	5.597.390	5.597.390
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	307.560	306.519	385.582	384.755
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	971.847	971.847	637.712	637.712
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	1.448.915	1.448.915	1.066.358	1.066.358
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	11.553.829	11.611.680	9.457.364	9.620.195
Concessões a Pagar	175.896	248.644	172.395	267.000
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	812.829	812.829	807.739	807.739
	13.991.469	**14.122.068**	**11.503.856**	**11.761.292**

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos Negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção *(hedge)* aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Cemig às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de junho de 2013, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item "b".

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/06/2014		31/12/2013	
	Moeda Estrangeira	R$	Moeda Estrangeira	R$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 17)	10.465	23.050	16.975	39.765
Fornecedores (Itaipu Binacional)	60.092	132.880	76.982	179.924
	70.557	155.930	93.957	219.689
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (Nota 17)	4.911	14.805	1.974	6.384
Passivo Líquido Exposto		**170.735**		**226.073**

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2015 será uma valorização de 13,51% para o dólar (R$2,50) e uma valorização de 3,65% para o Euro (R$3,125). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/06/2014	Cenário Provável	Cenário I Depreciação Cambial 25,00%	Cenário II Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 17)	23.050	26.163	32.704	39.245
Fornecedores (Itaipu Binacional)	132.880	150.829	188.536	226.244
	155.930	176.992	221.240	265.489
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 17)	14.805	15.345	19.182	23.018
Passivo Líquido Exposto	**170.735**	**192.337**	**240.422**	**288.507**
Efeito Líquido da Variação Cambial		**21.602**	**69.687**	**117.772**

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R$40.510 (R$50.511, em 31 de dezembro de 2013).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	1.914.656	2.127.114
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	1.279.407	1.023.294
Fundos Vinculados	677	1.877
	3.194.740	3.152.285
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 17)	(6.932.394)	(3.944.258)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 17)	(135.241)	(141.741)
	(7.067.635)	(4.085.999)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	**(3.872.895)**	**(933.714)**

Análise de sensibilidade

No que se refere ao efeito de taxas de juros em 2014, onde a Companhia tem ativos líquidos, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2015, as taxas SELIC e TJLP serão de 12% e 5%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/06/2014	30 de junho de 2015		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 12,00% TJLP 5,00%	Cenário I SELIC 15,00% TJLP 6,25%	Cenário II SELIC 18,00% TJLP 7,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (Nota 4)	1.914.656	2.144.415	2.201.854	2.259.294
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	1.279.407	1.432.936	1.471.318	1.509.700
Fundos Vinculados	677	758	779	799
	3.194.740	3.578.109	3.673.951	3.769.793
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 17)	(6.932.394)	(7.764.281)	(7.972.253)	(8.180.225)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 17)	(135.241)	(142.003)	(143.694)	(145.384)
	(7.067.635)	**(7.906.284)**	**(8.115.947)**	**(8.325.609)**
Ativo Líquido	**(3.872.895)**	**(4.328.175)**	**(4.441.996)**	**(4.555.816)**
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		**(455.280)**	**(569.101)**	**(682.921)**

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia tem ativos indexados à inflação em montantes superiores às obrigações, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/06/2014	31/12/2013
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (Nota 11)	6.032.583	5.597.390
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (Nota 17)	(4.085.283)	(4.500.896)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (Nota 17)	(62.953)	(483.524)
	(4.148.236)	(4.984.420)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	**1.884.347**	**612.970**

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2015, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,97% e 3,26%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação	30/06/2014	30 de junho de 2015		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,97% IGP-M 3,26%	Cenário I IPCA 7,46% IGP-M 4,08%	Cenário II IPCA 8,96% IGP-M 4,89%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (Nota 11)	6.032.583	6.229.245	6.278.712	6.327.576
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (Nota 17)	(4.085.283)	(4.329.174)	(4.390.045)	(4.451.324)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (Nota 17)	(62.953)	(65.005)	(65.521)	(66.031)
	(4.148.236)	(4.394.179)	(4.455.566)	(4.517.355)
Ativo Líquido Exposto	**1.884.347**	**1.835.066**	**1.823.146**	**1.810.221**
Efeito Líquido da Variação do IPCA/IGP-M		**(49.281)**	**(61.201)**	**(74.126)**

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até as datas dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.039	630.808	4.546.346	6.495.641	4.646.047	16.336.881
Concessões a pagar	1.778	5.481	13.985	63.059	151.545	235.848
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	17.908	27.010	74.433	507.054	785.207	1.411.612
	37.725	**663.299**	**4.634.764**	**7.065.754**	**5.582.799**	**17.984.341**
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.443.812	-	-	-	-	1.443.812
	1.481.537	**663.299**	**4.634.764**	**7.065.754**	**5.582.799**	**19.428.153**

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	881	1.329	3.662	24.947	38.632	69.451
	881	**1.329**	**3.662**	**24.947**	**38.632**	**69.451**
- Pré-fixadas						
Fornecedores	6.784	-	-	-	-	6.784
	7.665	**1.329**	**3.662**	**24.947**	**38.632**	**76.235**

Em 30 de junho de 2014, o Passivo Circulante Consolidado da Companhia excedeu o Ativo Circulante Consolidado em R$1.370.649. Esse excesso foi decorrente, principalmente, de novos financiamentos obtidos com vencimento no curto prazo para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia e da maior saída de caixa no negócio de distribuição de energia elétrica para pagamento das obrigações com compra de energia, devido ao aumento do preço médio decorrente do maior despacho de usinas térmicas.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída em 30 de junho de 2014, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R$597.065.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco % do PL (1)
A1	Superior a R$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R$1,0 bilhão e R$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
B	Entre R$400 milhões e R$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A controlada Cemig GT possui contrato de financiamento com cláusula restritiva ("*covenant*"), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, inclusive tendo impacto em outros empréstimos devido a cláusulas de *cross-default*. O não atendimento destas cláusulas, verificado anualmente no final do exercício, poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

A Companhia possuía, em 30 de junho de 2013, instrumentos derivativos contratados com o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não eram utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram um ganho em 30 de junho de 2013 no montante de R$110, registrado no resultado financeiro. As operações com derivativos foram liquidadas no decurso de 2013, portanto a Companhia não possui, em 30 de junho de 2014 nenhuma operação desta natureza em aberto.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

Administração de Capital

A comparação do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 30 de junho de 2014 é apresentada a seguir:

	30/06/2014	31/12/2013
Total do Passivo	19.867.005	17.175.785
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.988.777)	(2.201.827)
(-) Fundos Vinculados	(677)	(1.877)
Passivo Líquido	**17.877.551**	**14.972.081**
Total do Patrimônio Líquido	**12.868.243**	**12.638.357**
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	**1,39**	**1,18**

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30 de junho de 2014	Valor justo em 30 de junho de 2014		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	320.230	-	320.230	-
Letras Financeiras - Bancos	357.158	-	357.158	-
Letras Financeiras do Tesouro	117.798	117.798	-	-
Debêntures	157.212	-	157.212	-
Outros	19.449	-	19.449	-
	971.847	**117.798**	**854.049**	**-**
Fundos Vinculados	677	-	677	-
Ativos Financeiros da Concessão	6.032.583	-	-	6.032.583
	7.005.107	**117.798**	**854.726**	**6.032.583**

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

A Companhia registrou os ativos financeiros da concessão pelo valor justo a partir de 31 de dezembro de 2012. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 11.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

28. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.
Os custos e despesas operacionais referentes aos períodos de janeiro a junho de 2014 e 2013 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2014								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	**13.186.700**	**2.277.926**	**14.344.690**	**331.302**	**553.656**	**2.545.048**	**(504.074)**	**32.735.248**
ADIÇÕES AO SEGMENTO	**2.143.579**	**40.412**	**324.149**	**27.896**	**-**	**137.166**	**-**	**2.673.202**
RECEITA LÍQUIDA	**4.512.359**	**197.800**	**4.840.189**	**57.411**		**44.553**	**(153.782)**	**9.498.530**
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(812.030)	-	(2.761.716)	-		-	75.764	(3.497.982)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(135.058)	(139)	(258.837)	-		-	59.808	(334.226)
Total dos Custos Operacionais com Energia Elétrica	**(947.088)**	**(139)**	**(3.020.553)**	**-**	**-**	**-**	**135.572**	**(3.832.208)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(98.465)	(50.366)	(422.119)	(6.417)	-	(22.518)	-	(599.885)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(21.102)	(9.154)	(97.679)	(717)	-	(7.757)	-	(136.409)
Obrigações Pós-Emprego	(16.778)	(7.300)	(76.346)	-	-	(5.534)	-	(105.958)
Materiais	(130.849)	(2.051)	(24.247)	(38)	-	(73)	-	(157.258)
Serviços de Terceiros	(63.873)	(16.934)	(341.886)	(10.894)	-	(8.780)	17.679	(424.688)
Depreciação e Amortização	(153.438)	-	(210.387)	(17.679)	-	(3.020)	-	(384.524)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(69.624)	-	-	-	-	0	-	(69.624)
Provisões (Reversões) Operacionais	(5.760)	(2.515)	(43.752)	(12)	-	5.216	-	(46.823)
Custos de Construção	-	(37.092)	(324.149)	-	-	0	-	(361.241)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(30.447)	(11.111)	(148.607)	(10.467)	-	(14.846)	531	(214.947)
Total do Custo de Operação	**(590.336)**	**(136.523)**	**(1.689.172)**	**(46.224)**	**-**	**(57.312)**	**18.210**	**(2.501.357)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(1.537.424)**	**(136.662)**	**(4.709.725)**	**(46.224)**	**-**	**(57.312)**	**153.782**	**(6.333.565)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	**2.974.935**	**61.138**	**130.464**	**11.187**	**-**	**(12.759)**	-	**3.164.965**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.917)	85.609	26.762	(12.691)	31.495	11.689	-	135.947
Receitas Financeiras	68.118	25.043	160.849	2.798	-	35.538	-	292.346
Despesas Financeiras	(159.512)	(121.878)	(381.100)	(1.571)	-	(3.405)	-	(667.466)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**2.876.624**	**49.912**	**(63.025)**	**(277)**	**31.495**	**31.063**	**-**	**2.925.792**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(987.552)	12.052	(93.943)	(3.668)		(6.973)	-	(1.080.084)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.214	-	116.835	(335)		9.541	-	145.255
RESULTADO	**1.908.286**	**61.964**	**(40.133)**	**(4.280)**	**31.495**	**33.631**	**-**	**1.990.963**

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2013

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	**9.150.530**	**3.678.040**	**13.498.820**	**330.427**	**547.480**	**3.271.921**	**(663.076)**	**29.814.142**
ADIÇÕES AO SEGMENTO	**366.249**	**46.233**	**421.826**	**-**	**-**		**-**	**834.308**
RECEITA LÍQUIDA	**2.516.681**	**106.987**	**4.544.307**	**55.775**		**47.165**	**(154.331)**	**7.116.584**
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(543.527)	-	(1.821.928)	-	-	(10)	90.755	(2.274.710)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(128.338)	(141)	(171.988)	-	-	-	46.375	(254.092)
Total dos Custos Operacionais com Energia Elétrica	**(671.865)**	**(141)**	**(1.993.916)**	**-**	**-**	**(10)**	**137.130**	**(2.528.802)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(118.307)	(58.005)	(493.153)	(5.997)	-	(30.270)	-	(705.732)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(18.641)	(9.014)	(37.333)	(676)	-	(5.919)	-	(71.583)
Obrigações Pós-Emprego	(12.749)	(6.222)	(59.420)	-	-	(5.523)	-	(83.914)
Materiais	(54.499)	(1.918)	(23.024)	(78)	-	(163)	-	(79.682)
Serviços de Terceiros	(63.370)	(13.935)	(361.112)	(9.829)	-	(6.208)	15.451	(439.003)
Depreciação e Amortização	(155.727)	-	(213.116)	(15.304)	-	(2.978)	-	(387.125)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(62.853)	-	-	-	-	-	-	(62.853)
Provisões (Reversões) Operacionais	(5.972)	(2.929)	(73.423)	(17)	-	(30.957)	-	(113.298)
Custos de Construção	-	(43.579)	(421.826)	-	-	-	-	(465.405)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(29.521)	(9.149)	(108.905)	(8.950)	-	(22.323)	1.750	(177.098)
Total do Custo de Operação	**(521.639)**	**(144.751)**	**(1.791.312)**	**(40.851)**	**-**	**(104.341)**	**17.201**	**(2.585.693)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(1.193.504)**	**(144.892)**	**(3.785.228)**	**(40.851)**	**-**	**(104.351)**	**154.331**	**(5.114.495)**
					-			
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	**1.323.177**	**(37.905)**	**759.079**	**14.924**	**-**	**(57.186)**	**-**	**2.002.089**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.024)	124.583	6.854	(8.753)	39.403	89.519	-	250.582
Ganho (Perda) na Alienação das Ações da TBE	-	(94.080)	-	-	-	378.378	-	284.298
Lucro Não Realizado	-	-	-	-	-	(80.959)	-	(80.959)
Receitas Financeiras	43.815	12.113	145.764	2.156	-	78.991	-	282.839
Despesas Financeiras	(142.557)	(118.158)	(310.566)	(2.119)	-	(24.561)	-	(597.961)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**1.223.411**	**(113.447)**	**601.131**	**6.208**	**39.403**	**384.182**	**-**	**2.140.888**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(456.139)	91.426	(124.683)	(3.732)	-	(91.852)	-	(584.980)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	39.602	(8.315)	(77.414)	(1.257)	-	(25.939)	-	(73.323)
RESULTADO	**806.874**	**(30.336)**	**399.034**	**1.219**	**39.403**	**266.391**	**-**	**1.482.585**

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aquisição de 40% da GASMIG

A Cemig adquiriu a participação da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras no capital da Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig). O valor da aquisição, ainda não pago, no montante de R$600 milhões, corresponde aos 40% de participação acionária que a Petrobras detinha, por meio da subsidiária Gaspetro. Com essa aquisição, a Cemig passa a controlar 99,57% do capital da Gasmig. A Prefeitura de Belo Horizonte detém 0,43%.

Esta aquisição pela Cemig é parte de sua estratégia de criação, em parceria com a Gás Natural Fenosa (“GNF”), da Gas Natural do Brasil S.A. ("GNB"), que será sua plataforma de consolidação de ativos e investimentos em projetos de gás natural.

Acordo para participação na instalação de parques eólicos

A Cemig celebrou acordos com a Renova Energia S/A (“Renova”) para participar em 50% no Projeto Zeus, o qual consiste na instalação de 25 parques eólicos que somados totalizam 676,2 MW de capacidade instalada no município de Jacobina/BA.

A operação ocorrerá mediante a aquisição, pela CEMIG, de 50% do capital votante e total (“Aquisição”) de uma sociedade anônima (“SPE”) a ser criada pela Renova, na qual serão integralizados todos os Contratos relacionados ao Projeto Zeus.

O valor da Aquisição será de até R$113.450 referentes a 50% dos valores dos adiantamentos dos Contratos já firmados pela Renova, corrigidos pela variação do CDI desde o seu efetivo desembolso pela Renova até a data do pagamento pela Cemig.

A partir da Aquisição, CEMIG e Renova compartilharão o investimento futuro do Projeto Zeus na proporção de sua participação no capital social da sociedade.

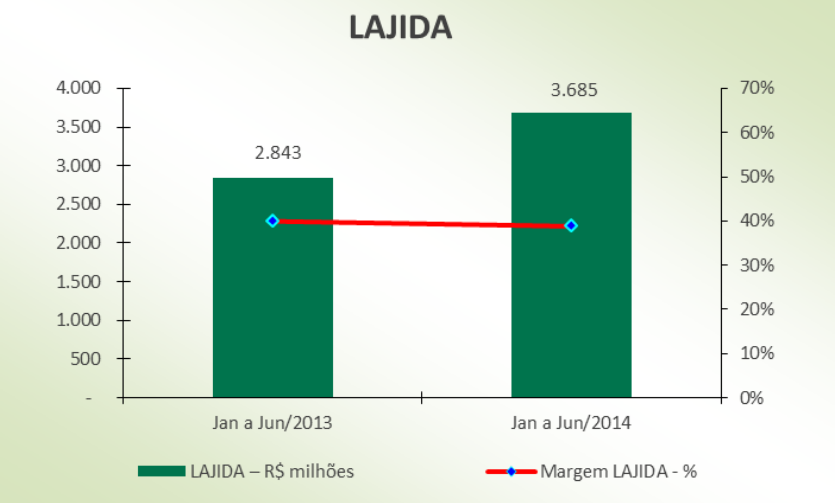
Resultado do Período

A Cemig apresentou, no primeiro semestre de 2014, um resultado de R$ 1.990.963, em comparação ao resultado de R$1.482.585 no mesmo período de 2013, um aumento de 34,29%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 29,63% no primeiro semestre de 2014 na comparação com o mesmo período de 2013:

LAJIDA - R$ mil	30/06/2014	30/06/2013	Var. %
Resultado do Período	1.990.963	1.482.585	34,29
+ Despesa de IR e Contribuição Social	934.829	658.303	42,01
+ Resultado Financeiro Líquido	375.120	315.122	19,04
+ Amortização	384.524	387.125	(0,67)
= LAJIDA	**3.685.436**	**2.843.135**	**29,63**



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA consolidado no primeiro semestre de 2014, em comparação ao mesmo período de 2013, deve-se, basicamente, ao aumento de 33,47% na receita, compensado, parcialmente, pelo aumento de 25,84% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). A margem do LAJIDA passou de 39,95%, no primeiro semestre de 2013, para 38,80 %, no primeiro semestre de 2014. Esta redução decorre, substancialmente, do maior aumento da receita em comparação ao aumento do LAJIDA.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R$8.102.330 no primeiro semestre de 2014 em comparação a R$7.000.636 no mesmo período de 2013, representado um aumento de 15,74%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R$7.070.569 no primeiro semestre de 2014 comparada a R$6.196.655 no mesmo período de 2013, representado um aumento de 14,10%.

Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- aumento de 10,38% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;

- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013(efeito integral em 2014);

- reajuste tarifário anual, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no primeiro semestre de 2014, comparativamente às do mesmo período de 2013:

Consumo por Classe	MWh (1)		
	30/06/2013	30/06/2013	Var %
Residencial	5.027.320	4.695.961	7,06
Industrial	12.635.868	11.183.632	12,99
Comércio, Serviços e Outros	3.238.566	3.031.893	6,82
Rural	1.588.699	1.335.075	19,00
Poder Público	444.934	426.126	4,41
Iluminação Pública	643.068	629.969	2,08
Serviço Público	607.903	609.795	(0,31)
Subtotal	**24.186.358**	**21.912.451**	**10,38**
Consumo Próprio	19.055	17.386	9,60
	24.205.413	**21.929.837**	**10,38**
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	7.108.010	7.659.519	(7,20)
Total	**31.313.423**	**29.589.356**	**5,83**

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;
(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

O mercado residencial, industrial, comercial e rural apresentaram, no primeiro semestre de 2014, patamares mais elevados de consumo, decorrentes, principalmente, dos seguintes fatores:

- crescimento de 7,06% para o mercado residencial, principalmente, pelo aumento de 3,13% no consumo médio por consumidor, associado ao aumento de 3,80% na quantidade de consumidores;

- crescimento de 12,99% para o mercado industrial, principalmente, pelo aumento de 12,25% no consumo médio por consumidor;

- crescimento de 6,82% para o mercado comercial, principalmente, pelo aumento de 4,39% no consumo médio por consumidor, associado ao aumento de 2,32% na quantidade de consumidores;

- crescimento de 19,00% para o mercado rural está associado ao nível de precipitação pluviométrica, abaixo da média histórica esperada para o período e ocorrência de temperaturas mais elevadas, com maior demanda de energia para irrigação, que teve crescimento de 15,71%.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No primeiro semestre de 2014, a receita foi de R$414.021 comparada a R$571.724 do mesmo período de 2013, o que representou uma redução de 27,58%.

Essa variação decorre basicamente de: (a) desaquecimento das atividades do setor industrial no período cujo impacto foi uma redução de 5,69% no volume de energia transportada; (b) impacto tarifário nos consumidores livres a partir de 08 de abril de 2013 com redução de 33,22% e novo impacto percebido no reajuste de 08 de abril de 2014 com aumento de 8,79%.

Receita de Indenização da Transmissão

Em junho de 2014, a Companhia reverteu provisão registrada em 2012, no valor de R$63.315 , referente aos investimentos em transmissão realizados no período de maio a dezembro de 2012 e que foram incluídos no Laudo de avaliação protocolado na ANEEL em 31 de julho de 2014. Essa provisão foi registrada na época em função de incertezas relacionadas ao processo de indenização dos ativos referentes ao período mencionado, considerando à adesão à Lei 12.783/13.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R$2.267.284 no primeiro semestre de 2014 comparada a R$840.388 no mesmo período de 2013, um aumento de 169,79%. Esta variação decorre de uma maior disponibilidade de energia para liquidação na CCEE no período, associado à alta de 149,07% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R$717,93/MWh em 2014 e R$288,24/MWh em 2013).

Receita de Construção de Distribuição

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R$324.149, no primeiro semestre de 2014, comparados a R$421.826, do mesmo período de 2013, uma redução de 23,16%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 45,68 % nos períodos comparados (R$650.343 no primeiro semestre de 2014, em comparação a R$446.405 no mesmo período de 2013), decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de R$78.139 na receita de subvenções destinadas a subsídios aos consumidores de baixa renda e para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);

- glosas, autorizadas pela CCEE, nas faturas de energia elétrica comprada proveniente de usinas termelétricas, decorrentes de geração inferior ao determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ocorridas no primeiro semestre de 2014 no montante de R$96.465 comparados a R$4.940 no primeiro semestre de 2013.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R$2.646.647 no primeiro semestre de 2014, comparados a R$2.413.301 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 9,67%. Este resultado deve-se, principalmente, aos tributos calculados com base em percentual do faturamento, sendo que as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita. Este aumento foi, parcialmente, compensado pela redução nos encargos do consumidor, descrita em mais detalhes a seguir:

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC). No primeiro semestre de 2013 os encargos referentes à CCC foram de R$25.487, referente a janeiro de 2013.

Reserva Global de Reversão (RGR)

A Reserva Global de Reversão é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à RGR no primeiro semestre de 2014 foram de R$21.729, comparados a R$60.173 no mesmo período de 2013, representando uma redução de 63,89%. Esta redução decorre, principalmente, dos efeitos da Lei 12.783/13, que isentou a Cemig Distribuição do recolhimento da RGR a partir de fevereiro de 2013.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R$96.552, no primeiro semestre de 2014, comparados a R$65.743, do primeiro semestre de 2013, representando aumento de 46,86%.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos Adicionais Lei 12.111/09

No primeiro semestre de 2014, a Companhia reconheceu uma redução de despesa no valor de R$5.655, a título de ressarcimento autorizado pela ANEEL através do Ofício 782/2013. Esse ressarcimento se deu em função de montantes do adicional de 30% de que trata a lei 12.111/2009 recolhidos indevidamente no período de janeiro a março de 2013. No primeiro semestre de 2013, o valor registrado nessa rubrica é uma despesa de R$8.229.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R$6.333.565 no primeiro semestre de 2014, comparados a R$5.114.495 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 23,84%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações nos Custos e Despesas Operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R$3.497.982 no primeiro semestre de 2014, comparada a R$2.274.710 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 53,77%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Exposição involuntária em 2014 da Companhia ao mercado de curto prazo de energia aliado ao aumento do preço da energia no mercado atacadista em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Dessa forma, a Companhia teve uma despesa com energia de curto prazo de R$896.730 em 2014 na comparação com R$54.650 em 2013;

- aumento de 26,36% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R$1.216.615 no primeiro semestre de 2014, comparados a R$962.842 no mesmo período de 2013, decorrente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;

- maior volume de compra de energia no ambiente livre no primeiro semestre de 2014, uma variação de R$281.012, em função da maior atividade de comercialização pela Cemig GT, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado brasileiro;

- redução de 15,72% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R$402.654 no primeiro semestre de 2014, comparados a R$477.732 no mesmo período de 2013, em decorrência, dentre outros fatores, da redução de 28,77% na quantidade de energia comprada sendo 3.097.989 MWh em 2014 comparados a 4.349.343 MWh em 2013. O efeito desta redução na quantidade foi parcialmente compensado pela valorização do Dólar frente ao Real no primeiro semestre de 2014 comparado ao mesmo período do ano anterior . O Dólar médio relativo às faturas no primeiro semestre de 2014 foi de R$2,277, em comparação a R$2,038 do mesmo período de 2013, o que representou uma variação de 11,73%.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R$334.226 no primeiro semestre de 2014, comparados a R$254.092 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 31,54%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R$599.885 no primeiro semestre de 2014, comparados a R$705.732 no mesmo período de 2013, representando um decréscimo de 15,00%. Esta redução decorre, principalmente, do fato que em 2014 a despesa não foi impactada pelo Programa Incentivo ao Desligamento (PID), despesa registrada em 2013 no montante de R$108.641.

Custo de Construção de Infraestrutura

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R$361.241 no primeiro semestre de 2014, comparados a R$465.405 do mesmo período de 2013, representando uma redução de 22,38%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R$46.823 no primeiro semestre de 2014 em comparação a provisões de R$113.298 no mesmo período de 2013.

Este resultado decorre, basicamente, da redução de 85,04% na provisão para contingências trabalhistas, que foi de R$11.127 no primeiro semestre de 2014, comparados a R$74.354 no mesmo período de 2013. Esta redução decorre da reversão de provisões trabalhistas no primeiro semestre de 2014.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro no primeiro semestre de 2014 foi uma Despesa Financeira Líquida de R$375.120, comparada uma Despesa Financeira Líquida de R$315.122 no mesmo período de 2013. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- aumento de 49,62% na renda de aplicação financeira, que foi de R$157.585 no primeiro semestre de 2014, comparados a R$105.326 no mesmo período de 2013, decorrente, basicamente, do maior volume de recursos aplicados no primeiro semestre de 2014;

- aumento de 10,91% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, R$371.882 no primeiro semestre de 2014 comparados a R$335.289 do mesmo período de 2013. Este resultado decorre substancialmente da captação de R$1.210.000 pela Cemig D, em abril de 2014, indexado ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 4,97% no primeiro semestre de 2014 em comparação a 3,46% no primeiro semestre de 2013.

- aumento de 49,30% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R$184.836 no primeiro semestre de 2014, comparados a R$123.801 do mesmo período de 2013. Este resultado decorre do maior saldo de empréstimos vinculados à inflação no primeiro semestre de 2014 em comparação com o mesmo período de 2013 e também da maior variação do IPCA no período (3,75% no primeiro semestre de 2014 em comparação a 3,15% no primeiro semestre de 2013).

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no primeiro semestre de 2014, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$934.829 em relação ao Resultado de R$2.925.792 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 31,95%. No primeiro semestre de 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$658.303 em relação ao Resultado de R$2.140.888, representando um percentual de 30,75%. Estas taxas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2014 E 2013

	Segundo Trim/2014	Segundo Trim/2013	Var. %
RECEITA	4.737.758	3.438.990	37,77
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal e Administradores	(305.104)	(262.802)	16,10
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(78.602)	(15.582)	404,44
Obrigações Pós-emprego	(52.979)	(41.957)	26,27
Materiais	(104.695)	(23.740)	341,01
Serviços de Terceiros	(219.280)	(249.302)	(12,04)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.869.266)	(1.301.923)	43,58
Depreciação e Amortização	(202.491)	(184.140)	9,97
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(28.489)	(28.812)	(1,12)
Provisões Operacionais	(42.040)	(71.060)	(40,84)
Custo de Construção de Infraestrutura	(212.171)	(261.057)	(18,73)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(164.684)	(127.867)	28,79
Outras Despesas Líquidas	(104.768)	(90.245)	16,09
	(3.384.569)	(2.658.487)	27,31
Resultado de Equivalência Patrimonial	21.227	84.424	(74,86)
Lucros não realizados	-	(80.959)	(100)
Ganho nas Transferências das Ações da TBE	-	284.298	(100)
Resultado antes do Resultado Financeiro	1.374.416	1.068.266	28,66
Receitas Financeiras	39.423	144.450	(72,71)
Despesas Financeiras	(317.004)	(296.036)	7,08
Resultado antes dos Impostos	1.096.835	916.680	19,65
Imposto de Renda e Contribuição Social	(452.821)	(246.590)	83,63
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	96.860	(52.852)	(283,27)
Resultado do Período	740.874	617.238	20,03

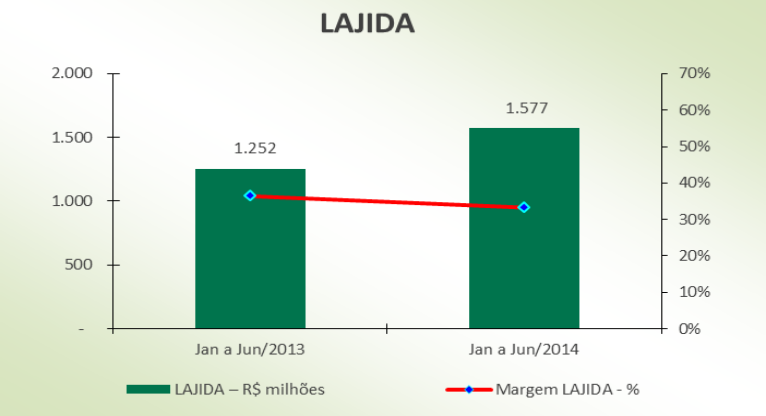
Resultado do Período

A Cemig apresentou, no segundo trimestre de 2014, um resultado de R$740.874, em comparação ao resultado de R$617.238, no segundo trimestre de 2013, um aumento de 20,03%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 25,91% no segundo trimestre de 2014 na comparação com o mesmo período de 2013:

LAJIDA - R$ mil	Segundo Trim/2014	Segundo Trim/2013	Var. %
Resultado do Período	740.874	617.238	20,03
+ Despesa de IR e Contribuição Social	355.961	299.442	18,87
+ Resultado Financeiro Líquido	277.581	151.586	83,12
+ Amortização	202.491	184.140	9,97
= LAJIDA	**1.576.907**	**1.252.406**	**25,91**



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA consolidado no segundo trimestre de 2014, em comparação ao segundo trimestre de 2013, ao aumento de 37,77% na receita, compensado, parcialmente, pelo aumento de 28,60% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com amortização). A margem do LAJIDA passou de 36,42 %, no segundo trimestre de 2013, para 33,28%, no segundo trimestre de 2014.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R$4.184.583, no segundo trimestre de 2014, em comparação a R$3.533.238, no segundo trimestre de 2013, representando um aumento de 18,43%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R$3.743.891 no segundo trimestre de 2014, comparada a R$3.081.447 no mesmo período de 2013, representado um aumento de 21,50%.

Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- aumento de 10,04% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;

- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013(efeito integral em 2014);

- reajuste tarifário anual, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no segundo trimestre de 2014, comparativamente às do mesmo período de 2013:

Consumo por Classe	MWh (1)		
	Segundo Trim/2014	Segundo Trim/2013	Var %
Residencial	2.459.539	2.383.392	3,19
Industrial	6.525.802	5.683.850	14,81
Comércio, Serviços e Outros	1.576.085	1.503.197	4,85
Rural	844.996	702.258	20,33
Poder Público	224.262	217.861	2,94
Iluminação Pública	313.329	320.156	(2,13)
Serviço Público	288.676	305.469	(5,5)
Subtotal	**12.232.689**	**11.116.183**	**10,04**
Consumo Próprio	9.286	8.750	6,13
	12.241.975	**11.124.933**	**10,04**
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	3.244.840	3.775.989	(14,07)
Total	**15.486.815**	**14.900.922**	**3,93**

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;
(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

O mercado industrial e rural apresentaram, no segundo trimestre de 2014, patamares mais elevados de consumo, decorrentes, principalmente, dos seguintes fatores:

- crescimento de 14,81% para o mercado industrial, em decorrência, principalmente, do aumento na quantidade de consumidores livres;

- O crescimento de 20,33% no mercado cativo rural, deve-se principalmente à expressiva demanda de energia para irrigação, em função de condições climáticas atípicas para o período úmido, com baixos níveis de precipitação no período analisado.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R$940.377 no segundo trimestre de 2014 comparada a R$261.641 no mesmo período de 2013, um aumento de 259,41%. Esta variação decorre de uma maior disponibilidade de energia para liquidação na CCEE no período, associado à alta de 172,25% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R$682,20/MWh no segundo trimestre de 2014 e R$250,58/MWh no segundo trimestre de 2013).

Receita de Indenização da Transmissão

Em junho de 2014, a Companhia reverteu provisão registrada em 2012, no valor de R$63.315 , referente aos investimentos em transmissão realizados no período de maio a dezembro de 2012 e que foram incluídos no Laudo de avaliação protocolado na ANEEL em 31 de julho de 2014. Essa provisão foi registrada na época em função de incertezas relacionadas ao processo de indenização dos ativos referentes ao período mencionado, considerando à adesão à Lei 12.783/13.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 42,14% nos períodos comparados (R$351.059 no segundo trimestre de 2014, em comparação a R$246.979 no mesmo período de 2013), decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de R$20.160 na receita de subvenções destinadas a subsídios aos consumidores de baixa renda e para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);

- glosas autorizadas pela CCEE, nas faturas de energia elétrica comprada proveniente de usinas termelétricas, decorrentes de geração inferior ao determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ocorridas no segundo trimestre de 2014 no montante de R$63.414 comparados a R$4.940 no segundo trimestre de 2013.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R$1.364.399 no segundo trimestre de 2014, comparados a R$1.199.718 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 13,73%.

Reserva Global de Reversão (RGR)

A Reserva Global de Reversão é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à RGR no segundo trimestre de 2014 foram de R$10.630, comparados a R$60.173 no mesmo período de 2013, representando uma redução de 82,33%. Esta redução decorre, principalmente, dos efeitos da Lei 12.783/13, que extinguiu o recolhimento da RGR pela Cemig Distribuição a partir de fevereiro de 2013.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R$54.420, no segundo trimestre de 2014, comparados a R$32.307, do segundo trimestre de 2013, representando aumento de 68,45%.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R$3.384.569 no segundo trimestre de 2014, comparados a R$2.658.487 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 27,31%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações nos Custos e Despesas Operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R$1.869.266 no segundo trimestre de 2014, comparada a R$1.301.923 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 43,58%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Exposição involuntária em 2014 da Companhia ao mercado de curto prazo de energia aliado ao aumento do preço da energia no mercado atacadista em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Dessa forma, a Companhia teve uma despesa com energia de curto prazo de R$521.718 no segundo trimestre de 2014 na comparação com R$36.675 no mesmo período de 2013;

- maior volume de compra de energia no ambiente livre no segundo trimestre de 2014, uma variação de R$144.164, em função da maior atividade de comercialização pela Cemig GT, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado brasileiro;

- redução de 19,75% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R$198.014 no segundo trimestre de 2014, comparados a R$246.738 no mesmo período de 2013, em decorrência, dentre outros fatores, da redução de 29,64% na quantidade de energia comprada sendo 1.556.946 MWh em 2014 comparados a 2.212.830 MWh em 2013. O efeito desta redução na quantidade foi parcialmente compensado pela valorização do Dólar frente ao Real no segundo trimestre de 2014 comparado ao mesmo período do ano anterior . O Dólar médio relativo às faturas no segundo trimestre de 2014 foi de R$2,214, em comparação a R$2,082 do mesmo período de 2013, o que representou uma variação de 6,34%;

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R$164.684 no segundo trimestre de 2014, comparados a R$127.867 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 28,79%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R$305.104 no segundo trimestre de 2014, comparados a R$262.802 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 16,10%. Este aumento decorre, principalmente, do fato de que no segundo trimestre de 2013 foi feito um ajuste na provisão referentes aos gastos originalmente provisionados para o Programa Incentivo ao Desligamento (PID), com um efeito credor de R$45.486 naquele período.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R$78.602 no segundo trimestre de 2014, comparados a R$15.582 no mesmo período de 2013. Esta variação decorre, principalmente, da reversão, em junho de 2013, de parte da provisão constituída para refletir, à época, as expectativas da Companhia em relação às participações dos empregados no resultado de 2013. Adicionalmente, em junho de 2014 houve uma constituição de provisão relativa à Participação nos Resultados de 2013, em decorrência de desligamentos relacionados, principalmente, ao Programa Incentivo ao Desligamento (PID).

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram uma despesa de R$42.040, no segundo trimestre de 2014, comparados a uma despesa de R$71.060 do mesmo período de 2013. Esta variação decorre, principalmente, da reversão de provisões, no montante de R$19.560, decorrente de extinção de ação regulatória no segundo trimestre de 2014, relativa a processos administrativos com questionamento de violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.

Custo de Construção de Infraestrutura

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R$212.171 no segundo trimestre de 2014, comparados a R$261.057 do mesmo período de 2013, representando uma redução de 18,73%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro no segundo trimestre de 2014 foi uma Despesa Financeira Líquida de R$277.581, comparada uma Despesa Financeira Líquida de R$151.586 no mesmo período de 2013. A variação no resultado financeiro decorre, principalmente, da reversão da atualização financeira da Base Regulatória de Ativos da Cemig D, no montante de R$110.398, reconhecida em 30 de junho de 2014. Vide mais informações na nota explicativa nº 11.

A composição das Receitas e Despesas Financeiras é apresentada na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no segundo trimestre de 2014, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$355.961 em relação ao Resultado de R$1.096.835 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 32,45%. No segundo trimestre de 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$299.442 em relação ao Resultado de R$916.680, representando um percentual de 32,67%. Estas taxas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

Ativos e Passivos Regulatórios

Em função da harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais (IFRS) a partir de 2010, os ativos e passivos regulatórios passaram a não mais ser registrados nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Da mesma forma, os valores referentes aos itens regulatórios somente são reconhecidos nos resultados do exercício a partir da sua inclusão efetiva na tarifa da Companhia.

O impacto dos ativos e passivos regulatórios caso estivessem sendo reconhecidos nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas da Companhia seriam conforme abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores já incluídos nos reajustes tarifários	Valores a serem repassados no próximo reajuste tarifário	30/06/2014	31/12/2013
Ativo	1.156.229	969.139	2.125.368	1.307.970
Passivo	(850.518)	(511.386)	(1.361.904)	(963.869)
Equivalência Patrimonial Regulatórios			116.309	76.899
	305.711	**457.753**	**879.773**	**421.000**

	30/06/2014	31/12/2013
Ativos		
Despesas Antecipadas – CVA (1)	2.030.109	1.257.729
Redução Tarifa Uso Sistema Transmissão e Distribuição	-	26.096
Descontos concedidos a Irrigantes	-	4.913
Outros Ativos Regulatórios	95.259	19.232
	2.125.368	**1.307.970**
Equivalência Patrimonial dos Ativos e Passivos Regulatórios	116.309	76.899
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(296.530)	(128.556)
	1.945.147	**1.256.313**
Passivos		
Passivos Regulatórios – CVA (1)	(1.358.144)	(950.346)
Outros Passivos Regulatórios	(3.760)	(13.523)
	(1.361.904)	**(963.869)**
	583.243	**292.444**

(1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA).

As principais características dos ativos e passivos regulatórios são:

Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e Neutralidade dos Encargos Setoriais

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e da Neutralidade dos Encargos Setoriais referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos, efetivamente, ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Outros Componentes Financeiros

Referem-se às demais variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis, não definidos como CVA, e os pagamentos, efetivamente ocorridos, compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os efeitos líquidos dos ativos e passivos regulatórios nos resultados da Companhia, caso estivessem reconhecidos, seriam:

	30/06/2014	30/06/2013
Resultado do Período	**1.990.963**	**1.482.585**
Resultado Operacional dos Ativos e Passivos Regulatórios	374.963	(209.929)
Resultado Financeiro sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	5.928	31.463
Equivalência Patrimonial dos Ativos e Passivos Regulatórios	39.409	47.264
IR/CS sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	(129.503)	60.679
Resultado do Período considerando Ativos e Passivos Regulatórios	**2.281.760**	**1.412.062**

	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013
Resultado do Período	**740.874**	**617.238**
Resultado Operacional dos Ativos e Passivos Regulatórios	236.329	105.110
Resultado Financeiro sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	610	16.633
Equivalência Patrimonial dos Ativos e Passivos Regulatórios	46.242	25.572
IR/CS sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	(80.559)	(41.392)
Resultado do Período considerando Ativos e Passivos Regulatórios	**943.496**	**723.161**

LAJIDA REGULATÓRIO – R$ milhões	30/06/2014	30/06/2013	Var %
Resultado do Período considerando Ativos e Passivos Regulatórios	**2.281.760**	**1.412.062**	**61,59**
+ Despesa de IR e Contribuição Social	1.064.332	597.624	78,09
+ Resultado Financeiro	369.192	283.659	30,15
+ Amortização	384.524	387.125	(0,67)
= LAJIDA	**4.099.808**	**2.680.470**	**52,95**

LAJIDA REGULATÓRIO – R$ milhões	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	Var %
Resultado do Período considerando Ativos e Passivos Regulatórios	**943.496**	**723.161**	**30,47**
+ Despesa de IR e Contribuição Social	436.520	340.834	28,07
+ Resultado Financeiro	276.971	134.953	105,23
+ Amortização	202.491	184.140	9,97
= LAJIDA	**1.859.478**	**1.383.088**	**34,44**

Demonstrações Segregadas por Empresa (consolidação proporcional)

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 30 DE JUNHO DE 2014																
DESCRIÇÃO	**HOLDING**	**CEMIG GT**	**CEMIG D**	**CEMIG TELECOM**	**SÁ CARVALHO**	**ROSAL**	**OUTRAS CONTROLADAS**	**ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS**	**TOTAL CONTROLADAS**	**TAESA**	**LIGHT**	**MADEIRA**	**GASMIG**	**OUTRAS CONTROLADAS EM CONJUNTO**	**ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS**	**CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO**
ATIVO	**14.338.525**	**12.364.692**	**13.230.895**	**331.302**	**184.744**	**148.656**	**551.610**	**(8.415.176)**	**32.735.248**	**4.560.443**	**4.286.301**	**2.229.824**	**1.020.672**	**2.339.783**	**(5.927.657)**	**41.244.614**
Caixa e Equivalentes de Caixa	500.860	867.549	535.070	27.048	7.644	8.128	42.478	-	1.988.777	139.612	517.814	30.758	62.441	92.545	-	2.831.947
Contas a Receber	-	1.060.057	1.787.961	-	5.472	3.592	34.583	(24.492)	2.867.173	89.332	532.433	23.423	62.436	32.336	(7.409)	3.599.724
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	364.025	299.404	432.317	1.344	25.971	11.707	144.639	-	1.279.407	88.093	-	-	41.655	57.523	-	1.466.678
Tributos	488.338	117.729	1.548.891	28.203	558	102	1.974	-	2.185.795	299.980	317.958	7.951	55.404	7.095	-	2.874.183
Outros Ativos	752.190	314.681	1.833.129	21.384	4.030	383	44.074	(482.345)	2.487.526	56.179	410.108	153.113	158.111	142.664	(296.285)	3.111.416
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	12.233.112	9.705.272	7.093.527	253.323	141.069	124.744	283.862	(7.908.339)	21.926.570	3.887.247	2.507.988	2.014.579	640.625	2.007.620	(5.623.963)	27.360.666
PASSIVO	**14.338.525**	**12.364.692**	**13.230.895**	**331.302**	**184.744**	**148.656**	**551.610**	**(8.415.176)**	**32.735.248**	**4.560.443**	**4.286.301**	**2.229.824**	**1.020.672**	**2.339.783**	**(5.927.657)**	**41.244.614**
Fornecedores e suprimentos	6.784	247.160	1.194.008	17.054	6.159	4.544	6.662	(38.559)	1.443.812	20.780	348.265	58.118	39.920	25.212	(8.551)	1.927.556
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	-	5.521.853	5.929.738	28.221	-	-	74.017	-	11.553.829	2.064.071	2.216.384	1.281.566	241.631	571.687	-	17.929.168
Juros sobre capital próprio e Dividendos	1.331.673	385.302	-	-	30.013	18.794	20.205	(454.314)	1.331.673	2.771	128.931	-	1.094	42.686	(175.482)	1.331.673
Obrigações Pós-Emprego	128.778	571.131	1.818.936	-	-	-	-	-	2.518.845	-	43	-	-	-	-	2.518.888
Tributos	20.847	496.437	1.161.898	10.153	40.014	1.430	30.872	-	1.763.651	662.090	242.057	32.270	56.499	37.348	-	2.793.915
Outros Passivos	146.521	363.940	698.352	42.367	607	671	16.706	(13.969)	1.255.195	29.346	292.201	194.671	150.185	(26.565)	(19.862)	1.875.171
Patrimônio Líquido	12.703.922	4.778.869	2.425.963	233.507	107.951	123.217	403.148	(7.908.334)	12.868.243	1.781.385	1.058.420	663.199	531.343	1.689.415	(5.723.762)	12.868.243
RESULTADO																
Receita Operacional Líquida	**160**	**4.530.266**	**4.840.189**	**57.411**	**28.511**	**22.707**	**173.067**	**(153.781)**	**9.498.530**	**277.157**	**1.278.231**	**109.275**	**395.066**	**107.914**	**(49.362)**	**11.616.811**
Custos e Despesas Operacionais	**(48.322)**	**(1.591.500)**	**(4.709.725)**	**(46.224)**	**(13.681)**	**(18.354)**	**(53.887)**	**148.128**	**(6.333.565)**	**(61.020)**	**(1.140.774)**	**(98.706)**	**(356.754)**	**(73.076)**	**28.631**	**(8.035.264)**
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(766.790)	(2.761.716)	-	(6.999)	(11.193)	(27.048)	75.764	(3.497.982)	-	(823.888)	(52.972)	-	(8.069)	19.069	(4.363.842)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(131.123)	(258.837)	-	-	(1.401)	(2.673)	59.808	(334.226)	-	-	(18.443)	-	(2.597)	20.657	(334.609)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(327.595)	-	-	(327.595)
Custo de construção	-	(37.092)	(324.149)	-	-	-	-	-	(361.241)	(11.560)	(69.623)	-	-	(3.455)	-	(445.879)
Pessoal	(19.787)	(147.403)	(422.119)	(6.417)	(648)	(780)	(2.731)	-	(599.885)	(19.973)	(53.456)	(2.762)	(7.955)	(21.723)	-	(705.754)
Participações dos Empregados no Resultado	(7.756)	(30.113)	(97.679)	(717)	(66)	(77)	(1)	-	(136.409)	(2.718)	-	(400)	-	(98)	-	(139.625)
Obrigações Pós-Emprego	(5.534)	(24.078)	(76.346)	-	-	-	-	-	(105.958)	-	-	-	-	-	-	(105.958)
Materiais	(58)	(132.327)	(24.247)	(38)	(255)	(144)	(189)	-	(157.258)	(10.782)	(6.351)	(186)	(618)	(135)	-	(175.330)
Serviços de Terceiros	(8.372)	(67.266)	(341.886)	(10.894)	(1.903)	(1.580)	(10.466)	17.679	(424.688)	(10.736)	(68.848)	(3.191)	(2.029)	(13.730)	315	(522.907)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(66.774)	-	-	(821)	(781)	(1.248)	-	(69.624)	-	-	(905)	-	(439)	-	(70.968)
Depreciação e Amortização	(254)	(139.729)	(210.387)	(17.679)	(2.745)	(2.190)	(8.777)	(2.763)	(384.524)	(619)	(64.557)	(18.271)	(10.292)	(18.221)	(7.555)	(504.039)
Provisões Operacionais	5.216	(8.273)	(43.752)	(12)	-	(2)	-	-	(46.823)	605	(25.922)	-	-	(306)	-	(72.446)
Outras Despesas Líquidas	(11.777)	(40.532)	(148.607)	(10.467)	(244)	(206)	(754)	(2.360)	(214.947)	(5.237)	(28.129)	(1.576)	(8.265)	(4.303)	**(3.855)**	(266.312)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	**(48.162)**	**2.938.766**	**130.464**	**11.187**	**14.830**	**4.353**	**119.180**	**(5.653)**	**3.164.965**	**216.137**	**137.457**	**10.569**	**38.312**	**34.838**	**(20.731)**	**3.581.547**
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.837.088	(7.816)	-	(12.691)	-	-	900	(1.681.534)	135.947	438	(2.195)	-	-	30.929	(169.481)	(4.362)
Receita Financeira	32.009	82.812	160.849	2.798	1.514	796	11.568	-	292.346	37.024	43.335	1.790	22.667	7.578	-	404.740
Despesa Financeira	(3.253)	(275.963)	(381.100)	(1.571)	(306)	(41)	(5.232)	-	(667.466)	(143.177)	(105.266)	(32.104)	(10.986)	(21.274)	-	(980.273)
Resultado antes do IR e CSLL	**1.817.682**	**2.737.799**	**(89.787)**	**(277)**	**16.038**	**5.108**	**126.416**	**(1.687.187)**	**2.925.792**	**110.422**	**73.331**	**(19.745)**	**49.993**	**52.071**	**(190.212)**	**3.001.652**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(945.268)	(93.943)	(3.668)	(5.990)	(1.028)	(30.187)	-	(1.080.084)	(42.601)	(33.730)	-	(17.265)	(4.377)	-	(1.178.057)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.960	18.326	116.835	(335)	557	10	902	-	145.255	15.251	7.697	359	-	(1.194)	-	167.368
Resultado do Período	**1.826.642**	**1.810.857**	**(66.895)**	**(4.280)**	**10.605**	**4.090**	**97.131**	**(1.687.187)**	**1.990.963**	**83.072**	**47.298**	**(19.386)**	**32.728**	**46.500**	**(190.212)**	**1.990.963**

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 28 vezes durante o ano de 2013 para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 30 de abril de 2014, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2016.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R$ 14 milhões;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Comitês

Constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração é fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação vigente.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2015.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;

Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R$14 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Em 2013 foram realizadas 56 reuniões.

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2013, foram realizadas 12 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação vigente.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do "*Public Company Accounting Oversight Board*" - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a *Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os riscos estratégicos e de processos/operacionais. Objetivo é fornecer informações a alta administração para a tomada de decisões relativas à gestão dos riscos de maior relevância, preservando o valor da empresa.

Os riscos estratégicos são aqueles relacionados aos objetivos e à visão da Empresa, ou a decisões estratégicas que podem não alcançar o êxito planejado. Para estes riscos, existe uma matriz em que são identificados 17 riscos estratégicos, tais como: dificuldades na captação de recursos, renovação de concessão e contingências ambientais.

Já os riscos operacionais são aqueles que surgem no exercício das funções do negócio, ou seja, estão associados às pessoas, aos sistemas e aos processos de que sua operação depende. O caderno de riscos do último ciclo completo de revisão (2012) foi finalizado com 160 riscos operacionais mapeados, entre eles, ruptura de barragens, incertezas regulatórias sobre a comercialização de energia da geradora e não redução das perdas comerciais e técnicas em níveis determinados pelo órgão regulador.

No período entre 2012 e 2014, foram investidos cerca de R$ 2 milhões no aprimoramento do processo de Gestão de Riscos da Cemig, consistindo na revisão do modelo de gestão e na implantação de um novo sistema (módulo SAP GRC RM), elevando a transparência e a confiabilidade de todo o processo. A nova ferramenta permite, dentre outros:

- o gerenciamento de fluxo de agentes envolvidos na gestão de riscos, como o gestor do processo, a equipe de gestão de riscos corporativos, gerentes, superintendentes e diretores;
- a inserção de novos parâmetros no modelo de gerenciamento de risco passando a considerar, por exemplo: causas e consequências de um risco e atribui a ele distintos níveis hierárquicos da organização;
- a vinculação de um risco gerido em um nível operacional com um risco que está sendo avaliado pelo nível estratégico.

Atualmente está em andamento processo de revisão da matriz de riscos de processos da empresa, considerando as novas possibilidades abertas pela nova metodologia e ferramenta.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (http://ri.cemig.com.br), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17°/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30/06/2014

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	-	-	214.414.739	17,03
Outras Entidades do Estado	56.703	0,01	79.001.657	9,43	79.058.360	6,28
Total Controlador	214.471.442	50,97	79.001.657	9,43	293.473.099	23,31
AGC Energia S/A (1)	138.700.848	32,96	42.671.763	5,09	181.372.611	14,41
FIA Dinâmica Energia S/A	31.184.239	7,41	8.266.482	0,99	39.450.721	3,13

(1) A acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30/06/2014

	30/06/2014	
	ON	PN
Controlador	214.471.442	79.001.657
Conselho de Administração	93.600	132.658
Diretoria Executiva	9	1.280
Ações em tesouraria	69	560.649
Ações em circulação (*free float*)	206.199.588	758.380.702
TOTAL	**420.764.708**	**838.076.946**

Relações com Investidores

No ano de 2013, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; Expomoney, além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio, pelo 18º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Uberlândia - MG, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais "stakeholders".

As ações preferenciais ("CMIG4") e ordinárias ("CMIG3") da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN ("CIG") e ON ("CIG.C"), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais ("XCMIG") listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por "dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)", limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

    - endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
    - relação consolidada de endividamento medida por "dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)", limitada a 50%;
    - saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Paraíba, 1122
20º e 21º andares
30130-141 - Belo Horizonte - MG
Brasil

Tel: +55 (31) 3269-7400
Fax: +55 (31) 3269-7470
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, que compreendem os balanços patrimoniais levantados em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board-IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Conforme mencionado nas notas explicativa nº 6 e nº 10 às informações contábeis intermediárias, a controlada Cemig Distribuição S.A contabilizou no período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2014, como redução do custo de energia comprada para revenda, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Renovação da Concessão da usina hidrelétrica de Jaguara

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às informações contábeis intermediárias, o contrato de concessão da usina hidrelétrica de Jaguara ("UHE Jaguara") teve seu vencimento em agosto de 2013. Em 30 de agosto de 2013 a Companhia obteve liminar no Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ. A referida liminar assegura que a controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. permanecerá no controle da UHE Jaguara, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do mérito do processo. Com base nos termos da liminar, a Companhia vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguara, considerando que permanece no controle da referida usina. A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

© 2014 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Ativos financeiros de concessão de transmissão

Conforme descrito na nota explicativa nº 11 às informações contábeis intermediárias, com base no previsto na Lei 12.783/13, a controlada Cemig Geração e Transmissão S.A encaminhou informações ao Poder Concedente para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis relativos ao contrato de concessão de transmissão 006/97 formados até maio de 2000, no montante de R$596.903 mil. A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG

© 2014 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.